

Editorial

PLATAFORMA DEMOCRÁTICA OU CONLUIO COM A DIREITA ?

O anunciado documento-base do Governo do PS aos partidos e "parceiros sociais" - segundo a expressão usada pelo governo - foi já, como se sabe, submetido aos destinatários e tornado público através dos órgãos de comunicação social. Chamou-lhe o Governo "Proposta/plataforma" e o documento vem firmado pelo próprio Primeiro-Ministro.

Aos partidos e "parceiros sociais" foi dado um prazo de apenas treze dias para se pronunciarem sobre matéria tão vasta e complexa - não na forma insuficiente e indocumentada como é abordada na "Proposta/plataforma" do Governo, mas na sua natureza intrínseca - a qual exigiria ponderação e estudo mais dilatados.

A "Proposta/plataforma" exprime a concepção do Governo quanto às causas da crise e expõe as medidas económicas e financeiras que preconiza para a superar; explana o seu critério de comportamento social, nomeadamente dos trabalhadores, para o período 1978/80, e previne do que pode acontecer a este país no caso de rejeição das suas propostas.

Apesar da exiguidade do prazo e das insuficiências da chamada "Proposta/plataforma" o PCP, como grande partido nacional profundamente radicado nas classes trabalhadoras e interessado em contribuir para a solução dos graves problemas que afectam o povo e o país, fez ontem entrega da sua resposta ao Governo que noutra lugar publicamos.

As "Propostas do PCP para a elaboração duma plataforma" trazem a marca da responsabilidade política do partido da classe operária portuguesa e oferecem matéria de reflexão e estudo para todos os trabalhadores e para todos os portugueses interessados na verdadeira recuperação económica e financeira do país, na defesa da democracia e da independência nacional.

As propostas do PCP inserem-se na contribuição prática e teórica impar que os comunistas portugueses têm dado para o conhecimento e a resolução harmoniosa, patriótica e científica das questões que na hora actual mais complicam e afectam a vida do nosso povo.

Os que querem marginalizar esta grande força patriótica ao serviço dos trabalhadores que é o PCP bem fariam em não ignorar as suas propostas e críticas, bem fariam em debruçar-se com atenção

(Continua na pág. 2)



O impressionante aspecto do Terreiro do Paço no dia 19. A manifestação, nesta altura, começava a chegar à Praça do Comércio!

Páginas centrais

GRANDES MANIFESTAÇÕES POPULARES EM DEFESA DAS CONQUISTAS DE ABRIL

Apresentada a resposta do PCP ao memorando do Governo

O camarada Álvaro Cunhal apresentou ontem ao Primeiro-Ministro o documento aprovado pela Comissão Política do Comité Central do PCP com a resposta do Partido ao «Memorando» apresentado pelo Governo.

Texto integral na pág. 3



Páginas centrais

O frio intenso e a chuva não impediram que cem mil trabalhadores do Norte afirmassem, no Porto, a sua determinação na defesa dos seus direitos

O Alentejo paralisa no dia 28



Aprovado na generalidade
na Assembleia da República
o projecto de lei do PCP
sobre organizações fascistas

Pág. 2

MENSAGEM DE AGOSTINHO NETO

Agradecendo a mensagem de saudação enviada pelo CC do PCP por ocasião do 2.º aniversário da independência da República Popular de Angola, o camarada Agostinho Neto enviou a seguinte mensagem de agradecimento que a seguir transcrevemos:

Ao Comité Central do PCP

Quero expressar aqui votos prosperidades formuladas Povo Angolano MPLA por ocasião 2.º aniversário independência RPA. Saudamos calorosa e militantemente o PCP com desejos de grandes êxitos continuação luta que vem travando há longos anos contra fascismo e o imperialismo para bem estar de toda a humanidade.

Alta e fraternal consideração.

Dr. Agostinho Neto, Presidente MPLA, Presidente RPA
23 Novembro

Promoção Conquistas de Abril

ULTRAPASSADA A META
A CAMPANHA
PROSSEGUE



Pág. 12

Editorial

(Continuação da pág. 1)

sobre elas no que têm de sério e construtivo e em encarar com a necessária responsabilidade e espírito de abertura a discussão e elaboração de uma verdadeira plataforma política que permita arrancar para um autêntico empenhamento nacional, para uma longa e difícil batalha que é imperioso travar e vencer e que se integra na defesa das conquistas de Abril e dos interesses superiores do nosso povo.

Não pode deixar de chocar a sensibilidade de todos os portugueses patriotas a forma como o Governo PS lava as mãos das suas graves responsabilidades no agravamento da crise.

Diz o Governo a dado passo da sua "Proposta/plataforma": O Governo ficou "sujeito ao desgaste constante provocado por uma situação de crise e de mal-estar evidente que vem de trás e de longe e para a qual não contribuiu." (o sublinhado é nosso).

O Governo do PS escamoteia assim com uma pirueta literária uma parte essencial da verdade histórica na questão do agravamento da crise, notoriamente provocado pelas suas medidas antioperárias e antipopulares, pela sua ineficácia governativa, pela sua política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista.

Na hora inadiável da negociação e do diálogo em que a linguagem da verdade é de obrigação impõe-se naturalmente dar maior importância ao caminho a seguir, chegar-se a um amplo acordo entre as forças políticas e sociais mais representativas acerca das medidas de plataforma para sair da crise, assentar-se nas linhas gerais para uma verdadeira mudança da política e do governo.

Mas tudo isso não anula nem pode fazer calar as duras críticas que têm de ser feitas ao Governo do PS sozinho, à sua política de abertura à direita, contrária aos interesses do país e do povo trabalhador, à sua grave responsabilidade na difícil situação que Portugal atravessa.

A crítica objectiva, que tem de ser feita à política do Governo PS é além disso importante para se saber o que não deve nem pode ser feito numa estratégia de desenvolvimento económico orientada prioritariamente para o bem-estar da população trabalhadora da cidade e do campo e para a defesa do país como nação independente.

A completa ausência de autocritica do Governo na sua "Proposta/plataforma", e nenhuma referência ou alusão às suas graves falhas e erros na governação da coisa pública, à sua política abertamente orientada para a defesa dos interesses das classes exploradoras e do imperialismo, em aliança de facto com os partidos da direita — o PPD e o CDS, que reclamam agora o poder — não abomam a seriedade de intenções do Governo PS na elaboração de uma plataforma para sair da crise nem os seus propósitos de chegar a um "consenso" com os partidos políticos, e com os "parceiros sociais" quanto ao caminho a seguir.

A "Proposta/plataforma" enferma assim à partida de uma iniquação que não pode deixar de preocupar pelo seu significado todos os que anseiam e trabalham por uma autêntica recuperação económica, pelo bem-estar social, pelo progresso do país e pela consolidação e florescimento das suas instituições democráticas.

E é na base destes grandes lemas que é preciso dialogar e negociar, sem o que, o resultado do confronto de opiniões não conduzirá a nada, não produzirá a necessária plataforma para a saída da crise.

O que se depreende da "Proposta/plataforma" do Governo PS falseia a própria noção de plataforma. O PCP tem-se pronunciado frequentemente sobre esta questão.

O Governo PS procura o "consenso" dos partidos e dos "parceiros sociais" sobre pontos limitados da conjuntura actual e dos seus compromissos internacionais e não o encontro de políticas e de opiniões diversas, implícito na elaboração de uma plataforma comum. O Governo fala mesmo em "plataformas" o que não pode deixar de parecer ambíguo dados os seus compromissos anteriores com os partidos da direita. É sintomática a este respeito a opinião do dirigente socialista de direita Jaime Gama quando anteontem, no programa "Mosalco" da RTP, afirma que o PS não votaria contra um Governo CDS/PSD, admitindo como viável essa alternativa. Até onde irá o demissionismo, a proternação ante a direita, confessados por Jaime Gama, na direcção do PS e no seu Governo?

Que significado deve dar-se à passagem da "Proposta-plataforma" do Governo quando diz que "o PC... associado ao poder seria sempre um factor ultracontroverso e de perturbação nas actuais circunstâncias político-militares"?

Não significará isto a predisposição para uma aliança mais pronunciada com os partidos da direita da parte dos governantes socialistas?

Nesse caso o que estará na mente do Primeiro-Ministro e dos seus pares? Uma plataforma democrática ou uma política de conluio dirigida contra os trabalhadores e as forças de esquerda mais consequentes, com destaque para o PCP?

Os partidos políticos e os "parceiros sociais" já se pronunciaram nas formas mais diversas relativamente às propostas do Governo.

O PCP acaba de entregar ao Primeiro-Ministro a sua resposta que neste número publicamos.

Nela o PCP procura manter aberta a via da negociação e do diálogo.

Nela o PCP aponta para o respeito pela Constituição, para a necessária manutenção dos seus actuais limites das diversas formações económicas, para um acordo prévio acerca da plataforma que lhe permita votar favoravelmente o Orçamento e o Plano para 1978, acordo que simplificará extraordinariamente a constituição e composição do Governo e a aprovação do seu Programa.

No plano económico e financeiro o documento do PCP aponta para a diminuição substancial do défice da balança de pagamentos e da balança comercial, principalmente pelo aumento da produção e a redução das importações de produtos sumptuosos e não essenciais. Aponta para o aumento e não a contracção do ritmo de desenvolvimento económico.

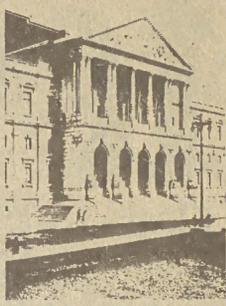
No plano social não se pode aceitar o aumento global do desemprego nem os limites postos ao crescimento da massa salarial quando se prevê um aumento superior da taxa de inflação.

A resposta do PCP distingue-se pela sua ponderação e objectividade das dos outros partidos com assento na Assembleia da República. O CDS, pela boca de Basílio Horta na RTP, disse que "não dará apoio a este Governo minoritário" e ameaça-o com a moção de censura. O mesmo foi dito pelo representante do PPD quando reaffirma as decisões da reunião de Bragança. Os fascistas disseram-no também nas ruas do Porto entre as explosões das suas bombas e os golpes das suas matracas e preparam-se agora para o repetir nas ruas de Lisboa no dia 1 de Dezembro.

Os trabalhadores também se pronunciaram às centenas de milhares nas ruas de Lisboa e Porto: "Pelo direito ao trabalho! Contra os despedimentos! contra o aumento do custo de vida! Por uma política ao serviço dos trabalhadores e do País! Pela defesa da independência nacional!"

A força e a vontade dos trabalhadores não pode ser ignorada, os seus anseios e aspirações não podem ser traídos. A Reforma Agrária, as nacionalizações, o controlo de gestão, os direitos e liberdades consagrados na Constituição têm de ser acatados numa verdadeira plataforma para a saída da crise.

Os que falam em plataforma e trabalham para um conluio deveriam estar atentos às forças que reclamam uma mudança de governo e de política.



Os Comunistas na Assembleia da República

«A base do sucesso de qualquer negociação é o respeito pelo regime»

O Primeiro-Ministro do Governo do PS, Mário Soares, deslocou-se na passada semana à Assembleia da República, a fim de apresentar o documento que o Governo entregou aos partidos políticos representados na Assembleia da República. Após o discurso do Primeiro-Ministro, usaram da palavra representantes dos diversos grupos parlamentares, a fim de formularem considerações acerca das palavras anteriormente proferidas pelo máximo responsável governamental e dirigiram ao Governo algumas questões.

Em representação do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português usou da palavra o seu Presidente, deputado Carlos Brito, que começou por referir:

O propósito do Governo e do Partido Socialista, agora formalmente anunciado à Assembleia da República, de encetar um processo de negociação com vista à elaboração de uma plataforma de resposta aos problemas fundamentais que afectam e afligem o povo e que gravemente ameaçam o país, é acolhido positivamente por parte do Partido Comunista Português, como temos afirmado.

Proseguindo a sua intervenção, o Presidente do Grupo Parlamentar comunista levou à Assembleia os resultados da reunião de 24 de Outubro do CC do PCP: Afirmámos então que a base do sucesso de qualquer negociação é o respeito pelo regime, pelas Instituições, pelas transformações das estruturas socioeconómicas que fazem parte do regime democrático vigente, o respeito pela Reforma Agrária, as nacionalizações e o controlo de gestão, a firme defesa da independência nacional, o respeito pela Constituição.

Afirmámos também — continuou Carlos Brito — que, como primeiro passo de uma negociação, é urgente a suspensão da ofensiva contra os trabalhadores e as transformações económicas e sociais realizadas no processo da Revolução de Abril, é urgente o restabelecimento de uma pausa de forma a apaziguar tensões e conflitos mais graves e a permitir um clima de diálogo e de busca, em comum com os trabalhadores, das soluções para os problemas.

Este Governo não serve!

Continuamos a insistir — prosseguiu Carlos Brito — que a saída da crise exige um grande esforço nacional baseado nos recursos e energias internas, só possível com uma política dirigida nas seguintes direcções fundamentais: aumento da produção industrial e agrícola tanto para a exportação como para o mercado interno; designadamente a produção nacional de produtos importados; uma política de austeridade que signifique, essencialmente, a redução das despesas sumptuosas, supérfluas ou dispensáveis com menos sacrifícios; a guerra aos défices; o saneamento financeiro de empresas; uma campanha nacional contra os desperdícios; a actualização dos salários; a contenção dos preços e a redução do desemprego como factores do alargamento do mercado interno, de estímulo à produção e ao aumento das energias produtivas; a melhoria da Balança Comercial com contingentação e a redução drástica da importação de produtos não essenciais; o aumento das exportações através da diversificação geográfica do comércio externo e da diversificação dos produtos a exportar. Um tal esforço necessita, a nosso ver, do

empenhamento de todas as forças sociais e políticas interessadas no prosseguimento do regime democrático e na defesa da Independência Nacional.

E o deputado comunista acrescentou: **A nossa posição em relação à questão do Governo é conhecida. Nós dizemos: este Governo não serve, este Governo é incapaz, como já demonstrou, de resolver os problemas nacionais.**

E mais adiante: **Dizemos ainda, em relação ao problema do Governo, que para nós trata-se primeiro de definir a política. Se nisso se conseguir algum entendimento, estamos convencidos que será mais fácil abordar o problema da fórmula governativa, o problema do Governo. É essa a nossa posição.**

Caminho para garantir os interesses dos trabalhadores

Proseguindo a sua intervenção, Carlos Brito formulou seguidamente duas observações formais ao discurso anteriormente proferido por Mário Soares: Na verdade, parecemos-nos uma atitude um pouco estranha que, no momento em que o Partido Socialista e o Governo se propõem encetar um processo de negociação com outros partidos políticos e também com as forças sociais, o Governo assumia a posição de se colocar fora e à margem dos conflitos, acima das partes. Não nos parece que esta seja uma atitude fecunda da parte de um partido, da parte de um Governo que quer negociar. O Governo, para já não falar do Partido Socialista, nesta situação, neste quadro, também é parte e esperamos que tenha a pretensão de o não ser. Não é árbitro.

Depois de ter formulado a segunda observação — na qual Carlos Brito criticou a exagerada benevolência com que Mário Soares analisou os 16 meses da actividade governativa — o presidente do Grupo Parlamentar do PCP colocou ao Governo e ao seu responsável algumas questões:

Em relação às questões económicas e financeiras entendemos que a questão das duas opções apresentadas no memorando — ou a venda do ouro ou a acentuação das condições do Fundo Monetário Internacional — é uma falsa opção. Entendemos que a estratégia económica proposta pelo Governo, nomeadamente a da restrição da produção e da expansão económica e a da liberalização das importações é uma falsa estratégia que, no fundamental, até agora se tem seguido, falsa estratégia que, se fosse adoptada — bem esperamos que não — levaria, não à recuperação económica e financeira, mas ao agravamento dos défices, ao agravamento da situação, como até agora se tem verificado. O que propomos, como há pouco disse, é o contrário.

A última pergunta que desejava fazer é esta: o documento que nos foi distribuído anuncia, como limite máximo para os aumentos salariais, um aumento de 15 a 20 por cento. O sr. Primeiro-Ministro acaba de dizer na sua intervenção que os salários reais diminuiriam, durante o ano de 1977, 15 por cento. Nós achamos que é pouco. Diminuiriam mais, senhor Primeiro-Ministro. Mas importa perguntar: admitindo o Governo um aumento de 15 a 20 por cento, qual vai ser o crescimento da inflação? A que ponto vão ser mais desvalorizados os salários reais dos trabalhadores?

Aprovado o diploma do PCP sobre organizações fascistas

O projecto de lei apresentado pelo grupo parlamentar do PCP, sobre as organizações que perfilhem a ideologia fascista, foi aprovado na generalidade na passada terça-feira no plenário da Assembleia da República, pelo voto conjunto dos deputados comunistas e socialistas e a oposição do CDS e PPD. Na mesma ocasião, foi aprovado (votos favoráveis do PS, PPD e CDS) um projecto de lei do PPD e rejeitado (pelos votos do PS e do PCP) um projecto de lei do CDS, ambos pretensamente sobre o mesmo tema.

No final da votação, a deputada Alda Nogueira, em declaração de voto do PCP, salientou: Partindo do conceito constitucional de fascismo como o regime derrubado em 25 de Abril — noção legitimamente reconstituída a partir do próprio preâmbulo da lei fundamental — o projecto de lei do PCP define-o em termos tais que eliminam os riscos de incerteza na aplicação da lei. Não pode, de resto, num Estado de Direito, proceder-se a uma tipificação criminal que não obedeça a requisitos de precisão que confirmem aos cidadãos a segurança que resulta de saberem sem dificuldades o que é permitido e o que é proibido.

E a deputada comunista acrescentou: O projecto de lei do PCP permite, sem ambiguidade possível, atingir aqueles que sendo, ontem como hoje, declarados inimigos do nosso regime democrático se organizam activamente para uma trágica desforra, para o regresso ao passado. Outro tanto não sucede com os projectos de lei do PSD e do CDS.

Criticando a vagueza e imprecisões das definições propostas pelos dois partidos da direita, — como sendo a antecâmara da liberação prática das organizações fascistas — Alda Nogueira adiantou que ambas obscureceram o perigo principal para o regime democrático e só podem, por isso, traduzir-se num gravíssimo e tácito encorajamento das próprias actividades fascistas.

Depois de ter criticado a adopção do conceito de "totalitarismo", utilizado em ambos os projectos de direita, como sendo uma revisão da própria Lei Fundamental, a deputada do PCP adiantou:

A direita — solenemente e repetitivamente — não é, nunca foi, nunca será usurária na definição dos seus inimigos e o âmbito do instrumento legal que pretenderia ver criado por esta Assembleia não exclui — estamos certos — nenhum dos defensores do integral cumprimento da Constituição.

E a finalizar a declaração de voto, acentuou Alda Nogueira: Como insistentemente sublinhámos durante o debate, não consideramos naturalmente o nosso projecto de lei 75/1 insusceptível de aperfeiçoamento. Bem pelo contrário, estamos atentos a considerar as propostas positivas que possam contribuir para uma melhor clareza e eficácia, salvaguardada sempre a objectiva conformidade com o texto constitucional e o objecto concreto que se visa atingir, isto é, o perigo principal que ameaça o regime democrático — o fascismo.

Só neste quadro a Assembleia da República poderá contribuir para a consolidação do regime democrático, reforçando as suas defesas e pondo em respeito aos

que atentam contra ele, numa palavra: dando mais um passo para a plena realização do regime constitucional — a democracia em transição para o socialismo.

Tudo o resto é diversão tudo o resto é confusão.

Todos os truques foram utilizados pelos partidos da direita no decorrer da discussão dos três projectos de lei, com vistas a que a Assembleia da República não adoptasse medidas concretas contra as organizações que perfilhem a ideologia fascista. Foi, conforme a deputada Alda Nogueira referiu na declaração de voto do PCP, a introdução do conceito de "totalitarismo". A este respeito diria, no decorrer da discussão, o deputado comunista Veiga de Oliveira:

Começando por afirmar que este conceito meramente negativo tem uma história política e ideológica com fundas raízes na guerra fria e na luta que a nível mundial se trava entre aqueles que pretendem fazer perturbar o sistema que consagra a exploração do homem pelo homem e aqueles que lutam por seguir adiante e construir uma sociedade humana, livre da exploração, onde os direitos e as liberdades individuais sejam uma realidade plena e não se reduzam a mera forma, Veiga de Oliveira concluiu:

Metidos no mesmo saco fascismo e comunismo, fica a porta aberta para se proibirem não as organizações que perfilhem a ideologia fascista mas as organizações que perfilhem a ideologia comunista: para começar, o PCP e, num crescendo, todos aqueles que se opuserem à direita reaccionária e ao processo de restauração do fascismo.

A direita escreve a fala por linhas tortas, sempre tortas. Como se não bastasse a adopção desse estranho conceito, a direita foi mais longe: via muitas dificuldades na definição de fascismo. É natural!

Por exemplo, Francisco Miguel, o deputado comunista, um herói da resistência antifascista, sabe o que foi — e o que é o fascismo. E, por isso, com grande simplicidade mas com firmeza, ele soube dizer no hemiciclo de S. Bento: **O fascismo não é uma palavra, é uma realidade!**

E soube acrescentar que, quando os fascistas têm a liberdade de se organizarem, negam a liberdade ao nosso povo.

São coisas que a direita não percebe nem entende. Porque sempre tiveram liberdade, porque sempre se puderam organizar.

E por isso que, em S. Bento e na discussão dos três projectos de lei, os novos teóricos da direita engalanaram-se com o seu ar doutoral e, invocando "dissidências" e outros "apocalipsos", teimaram em fazer acreditar que não sabiam o que era o fascismo. Ai não que não sabem! Sabem perfeitamente, mas resolveram rodear a questão.

Mas a manobra foi denunciada. Disse no decorrer do debate o deputado do PCP Jorge Leite: **A questão central que aqui se põe, constitucional e politicamente, é de facto esta: proibir as organizações de ideologia fascista. E está, não apenas porque também seja esta, mas na exacta medida em que é apenas esta. Tudo o resto é diversão; tudo o resto é confusão.**

Delegação regressou da Jugoslávia

Já regressou ao nosso País a delegação da Assembleia da República que se deslocou oficialmente à República Socialista Federativa da Jugoslávia. Chefiada pelo Presidente da Assembleia da República, Vasco da Gama Fernandes, a delegação integrava representantes dos quatro grupos parlamentares. Em representação do Grupo Parlamentar comunista, deslocou-se à Jugoslávia o deputado Severiano Falcão.

Durante a sua estada neste país socialista, a delegação parlamentar portuguesa foi recebida pelo Presidente da Assembleia Jugoslava, Kiro Gligorov, pelo Primeiro-Ministro Veselin Djuranovic, pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Milos Minic e ainda por Edvard Kardelj, um dos nove membros da Presidência Colegial do Estado.

Para além de várias conversações efectuadas entre a delegação portuguesa e uma delegação parlamentar jugoslava chefiada por Sinan Hasani, vice-Presidente da Assembleia Jugoslava, os parlamentares portugueses visitaram ainda três das seis repúblicas jugoslavas: a Sérvia, a Eslovénia e a Croácia.

Um minuto de silêncio pela tragédia do Funchal

Os trágicos acontecimentos ocorridos no passado sábado no Funchal, nos quais mais de 120 pessoas pereceram num dos maiores desastres de aviação ocorridos em território nacional, foram evocados na passada terça-feira na Assembleia da República, tendo todos os deputados presentes aprovado por unanimidade um voto de pesar apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português e guardado um minuto de silêncio em memória das vítimas da tragédia.

É o seguinte o texto do voto de pesar aprovado por unanimidade:

A Assembleia da República, perante o acidente ocorrido no noite de 19 de Novembro com um avião da TAP no aeroporto do Funchal;

1.º Associa-se ao luto nacional, de todo o Povo Português e designadamente da população da Madeira, manifestando a sua dor e pesar pelas trágicas consequências de que se revestiu o acidente, com a perda de 130 vidas humanas e ferimentos em 34 pessoas;

2.º Exprime o seu pesar e solidariedade aos familiares e amigos das vítimas do brutal acidente;

3.º Endereça, à respectiva família e ao Governo Regional da Madeira, na pessoa do seu Presidente, as mais sentidas condolências pela morte do Secretário Regional da Agricultura e Pescas, engenheiro Manuel Alegria;

4.º Apresenta as suas condolências aos senhores embaixadores dos países de origem dos cidadãos estrangeiros vítimas do acidente, particularmente ao senhor Embaixador da Bélgica;

5.º Associa-se à dor e luto dos trabalhadores da TAP, pela morte dos membros da tripulação Comandante João Costa, co-piloto Guimarães Leal, operador de sistemas Carlos Encarnação, chefe de cabina Pereira Paveia, comissário de bordo Carlos Simões e assistente de bordo Gilda Varela-Cid;

6.º Lembra a competência e probidade de que têm dado prova os trabalhadores da TAP ao longo de tantos anos de actividade da empresa;

7.º Espera que os inquiridos em curso prossigam com toda a urgência até ao apuramento das causas do acidente;

8.º Finalmente, reclama vivamente que as condições de segurança do Aeroporto de Santa Catarina sejam revistas e tomadas medidas adequadas no mais breve espaço de tempo.

Piruetas destinadas a ilibar responsabilidades

Precisamente uma sessão depois da Assembleia da República ter votado por maioria, com a abstenção do PPD, um voto de protesto pela vaga de terror e violência que tem vindo a ocorrer na ilha da Madeira, o plenário aprovou — desta vez por unanimidade — um voto de protesto apresentado pelo PPD sobre o mesmo assunto.

A deputada comunista Alda Nogueira explicitou as razões do voto favorável do Grupo Parlamentar do PCP. Começando por analisar os "considerandos" do voto apresentado pelo PPD, a deputada do PCP disse:

Com efeito, nestes "considerandos", como aliás no próprio texto resolutivo, o PSD omite pura e simplesmente, duma maneira flagrante, a responsabilidade do Governo Regional da Região Autónoma da Madeira (Governo do PSD) nos acontecimentos graves ali ocorridos há longos meses e mais recentemente e que se traduziram numa série de incêndios, explosão de bombas em carros, no local dum comício do PCP, e outros, de que só por acaso não resultaram consequências ainda mais graves.

E acrescentou Alda Nogueira: **Compreenda-se, agora mais claramente, quais as razões por que o PSD apresenta hipocritamente este voto em que o seu Governo, e outras autoridades da Madeira dele dependentes, nem sequer são referidos, como se não existissem e como se o clima ali criado não fosse consequência também da sua passividade ante tais actos terroristas.** Em resumo, um voto em que o PSD e o seu Governo na Madeira saem completamente ilibados das suas reais responsabilidades.

Depois de ter expressado, em consequência, o desacordo dos deputados comunistas quanto ao texto dos "considerandos", a deputada Alda Nogueira concluiu: **Quando ao texto resolutivo, e em continuação da mesma atitude que ditou os "considerandos", ele resulta quanto a nós vago e impreciso.**

Entretanto, porque este texto resolutivo não contém matéria de que discordemos, antes concordamos com a medida, ainda que genericamente ali proposta, votámos a favor.



Propriedade
Partido Comunista Português
Av. António Serpa, 26-2.º Dt.º — Lisboa 1 Tel.: 769896/7

Administração
Editorial Avante, SARL
Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º — Lisboa 1 Tel.: 769744/769751

Direcção e Redacção
Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º — Lisboa 1 — Tel.: 769725/769722

Distribuição
CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL
Central: Rua Pedro Nunes, 9-A — Lisboa 1 Tel.: 769744/769751
Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C — Lisboa 1 Tel.: 769705
Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 — Lisboa 2 Tel.: 372238
Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 — Porto, Tel.: 28938
Casa de Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq. — Porto, Tel.: 310441
Centro Distribuidor do Centro: Terreiro da Erva, 6 — Coimbra, Tel.: 28394
Centro Distribuidor de Santarém: R. Pedro de Santarém, 41 — Santarém, Tel.: 24454
Centro Distribuidor de Beirãs: Rua de Angola, 29-A — Seixal, Tel.: 22463
Centro Distribuidor do Alentejo: Alarcova de Baixo, 13 — Évora, Tel.: 26361
Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.ª de Dezembro, 23 — Faro, Tel.: 24417

Assinaturas
CDL, Departamento de Venda Directa
Av. Santos Dumont, 50 — Lisboa 1, tel.: 763701

Publicidade
Lisboa: R. Pedro Nunes, 9A — Lisboa 1, Tel.: 41787

Composto e impresso na Heka Portuguesa — R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — Amadora

Tiragem média do mês de Outubro: 79.500

PROPOSTAS DO PCP PARA ELABORAÇÃO DE UMA PLATAFORMA



I - Introdução

1. A Comissão Política do Comité Central do PCP examinou atentamente o "Memorando aos partidos e aos parceiros sociais" apresentado pelo Primeiro Ministro na Assembleia da República em 17.11.77 e de que no dia anterior lhe fora dado conhecimento.

2. O PCP discorda de numerosas das considerações feitas e de muitas das linhas gerais de orientação enunciadas.

Parece particularmente de anotar o facto de o Governo se colocar acima dos conflitos, das dificuldades e da crise, como se não fosse parte altamente responsável, em virtude da sua política, pela gravíssima situação em que o país se encontra.

As discordâncias são conhecidas e conhecidas as críticas do PCP à política do governo actual. O que parece porém essencial no momento presente em relação com o "Memorando" é ver se, sim ou não, é possível um entendimento.

3. A realização de eleições legislativas antecipadas continua a ser uma possibilidade constitucional para a saída da crise. O PCP entende, porém, que, na conjuntura presente, *devem esgotar-se as possibilidades da elaboração duma plataforma e da constituição de um governo correspondente.*

4. Por isso, tendo em conta a gravidade da situação económica, financeira, social e política e a urgência de uma solução, *o PCP aceita tomar esse "memorando" como ponto de partida para uma imediata negociação com vistas ao estabelecimento de um acordo até à data limite proposta - 30 de Novembro.*

5. Em conformidade, o PCP faz a seguir *propostas concretas*, seguindo a ordem dos problemas colocados no "Memorando" a fim de simplificar a discussão.

empréstimos sem submissão a exigências que comprometam o futuro da economia portuguesa e a independência nacional.

Segundo, mesmo que o "grande empréstimo" não fosse alcançado, são possíveis a adopção de uma política nacional e um esforço nacional que evitem a "delapidação total" no espaço de um ano das reservas de ouro.

2. Parece não sofrer contestação o facto de que um objectivo urgente a alcançar é *diminuir substancialmente o défice da balança de pagamentos e, como factor determinante deste, o défice da balança comercial.*

Para consegui-lo são indispensáveis duas direcções fundamentais da política económica e financeira:

a) *o aumento da produção de forma a substituírem-se o mais possível artigos importados por artigos de produção nacional e a aumentarem-se as exportações;*

b) *a redução das importações*, com prioridade para os artigos sumptuários ou cujo consumo possa ser mais facilmente dispensável.

Em relação a estas duas questões essenciais, o "Memorando" aponta para a limitação a 3,5 ou 4% do crescimento do produto interno, quando a salvação da economia portuguesa está na aceleração do crescimento da produção nacional com os objectivos atrás apontados.

E aponta para a eliminação das restrições directas à importação quando a saída da crise exige temporariamente sérias restrições.

Quer dizer: estas duas linhas de orientação definidas no "Memorando" são precisamente o contrário do que a situação exige.

Não tem base sólida o argumento de que a expansão económica, pelas importações a que obriga, contribui para o agravamento dos défices da balança comercial e de pagamentos (pois o essencial é procurar a expansão económica com o máximo de utilização de componentes internos); nem o argumento de que as restrições directas às importações provocariam retaliações às exportações portuguesas (uma vez que se deveriam procurar negociações e acordos e não "guerras aduaneiras").

3. Consideramos também não ser de aceitar que se defina como meta a "manutenção do nível global do emprego", o que significa de facto não só a "manutenção" como o agravamento do nível global do desemprego.

A mão-de-obra disponível é uma riqueza potencial. A utilização dessa riqueza para o aumento da produção nacional (e não a sua conversão num encargo de milhões de contos anuais) é uma condição de recuperação económica do país.

4. Partindo destas considerações e tomando como base as propostas contidas no "Memorando", o PCP:

a) declara concordar em que seja considerado objectivo prioritário a redução dos défices das balanças comercial e de pagamentos;

b) aceita que se discuta na base das propostas do Governo a quantificação da redução do défice da balança de transacções correntes e da redução do défice do orçamento geral do Estado,

c) aceita como linha geral de orientação a "redução significativa do actual nível de inflação" proposta pelo Governo.

5. O PCP propõe, ao mesmo tempo, que na plataforma sejam inseridas como objectivos:

a) *a promoção da produção nacional*, estimulando em particular os sectores assentes em componentes internas e a produção nacional de produtos

importados e não fixando limite ao crescimento do produto interno;

b) *uma política de comércio externo* assente na contingentação de importações de bens não essenciais, em acordos de compensação, em compras a crédito de produtos de consumo corrente, na promoção das exportações e na diversificação tão rápida quanto possível dos mercados e dos produtos a exportar;

c) *uma política de crédito*, com critérios selectivos e revisão da taxa de juro com bonificações para os sectores produtivos e designadamente o sector público, pequenas e médias empresas industriais e comerciais e a agricultura (reforma agrária e pequenos e médios agricultores), tendo como objectivos prioritários na conjuntura actual os referidos nas alíneas a) e b).

6. Quanto às negociações com o FMI, o PCP aceita que prossigam nas seguintes bases fundamentais:

a) *aceitação*, como condição dos empréstimos, da redução do défice das balanças comercial e de pagamentos e mesmo da redução do défice corrente do OGE e do ritmo de inflação;

b) *não aceitação* de condições relativas à limitação da expansão económica, à política de emprego, à liberalização do imediato das importações, à desvalorização do escudo, às taxas de juro, às estruturas socioeconómicas, ou a quaisquer outros aspectos da política portuguesa cuja decisão compete exclusivamente aos órgãos de soberania do nosso País.

C. No plano social

1. O "Memorando" fixa em 15 a 20% "o crescimento máximo da massa salarial bruta" mas não indica a taxa prevista da inflação. Segundo informações complementares, a taxa de inflação poderia situar-se "nos números oficiais" entre 20 e 23%. A experiência de 1977 não é animadora. O Governo prometera uma taxa anual de 15% e ela vem a cifrar-se em mais de 30%.

O PCP não aceita a definição de uma tal política de salários e preços que significaria uma nova e grave diminuição dos salários reais, com a consequente diminuição do poder de compra das classes e camadas populares e o agravamento das suas condições de vida.

2. Tomando as propostas insertas no "Memorando" relativas às relações de trabalho, à política de salários e à política de empregos, o PCP:

a) está de acordo em que se inscreva na Plataforma a salvaguarda do direito de greve, do controlo de gestão, dos direitos sindicais e das Comissões de Trabalhadores.

b) aceita participar numa acção política voltada para a *redução do absentismo e a adequação dos horários de trabalho*, incluindo o trabalho por turnos, sempre de acordo com as organizações sindicais e as Comissões de Trabalhadores.

c) propõe, no respeitante à política salarial, como princípios fundamentais: 1) a *manutenção geral do poder de compra dos trabalhadores*; 2) a *resposta favorável a reivindicações mais urgentes.*

d) propõe que se defina uma política de emprego pondo fim aos despedimentos sem justa causa, revendo a lei dos despedimentos, decidindo a readmissão de trabalhadores arbitrariamente despedidos e tomando medidas para a progressiva absorção da mão-de-obra disponível em sectores e realizações de baixa composição orgânica do capital.



II - Termos da plataforma

A. No plano político

1. O PCP considera correctas três ideias contidas no "Memorando":

a) Que na base da plataforma esteja o "acordo quanto ao respeito absoluto pela Constituição".

Esse respeito deve traduzir-se, não apenas na oposição a qualquer tentativa de revisão antecipada, explícita ou implícita, como na rigorosa conformidade com o texto constitucional dos diplomas legislativos da Assembleia da República e do Governo.

b) que se aceite o respeito pelos órgãos de soberania.

O PCP reconhece o relevante papel do Presidente da República no âmbito das atribuições que lhe confere a Constituição, assim como o papel do Conselho da Revolução. Reconhece também a necessidade de o Governo ser respeitado e prestigiar-se pela sua própria acção, sem coartar o direito à divergência, à crítica e à reclamação da sua substituição.

c) que na situação actual se mantenham "nos seus actuais limites" as diversas formações económicas (nacionalizada, privada, cooperativas, empresas em autogestão, unidades colectivas de produção), pois "importa acima de tudo dinamizar" todas essas formações tendo em conta a dinâmica própria de cada qual.

Esta é uma condição indispensável para a recuperação económica, a estabilidade social e política e a defesa e consolidação do regime democrático.

Tal manutenção não contraria as discordâncias (legítimas em regime democrático) acerca de leis aprovadas na Assembleia da República (designadamente a lei da delimitação dos sectores público e privado, a lei das indemnizações a lei sobre a Reforma Agrária, etc.).

O PCP continua a manifestar profundas divergências em relação a estas leis, mas está pronto a concluir com o Governo (e com o PS) um acordo desde que vise realmente o objectivo que o Governo refere no "Memorando" de manter as formações económicas "nos seus actuais limites", tornando-as ao máximo produtivas.

A este respeito, o PCP fará propostas concretas, formalizando os termos de uma "pausa relativa aos limites actuais das formações económicas".

O PCP sublinha que, continuando a política de recuperação capitalista e latifundista, se tornará praticamente impossível um acordo e uma plataforma com o PCP e com os trabalhadores.

Havendo um acordo acerca da manutenção efectiva das diversas formações económicas nos seus actuais limites, tornam-se extraordinariamente mais fáceis acordos nas restantes matérias no plano político, económico e social.

2. O PCP está pronto a examinar no imediato em conjunto com o Governo (por intermédio de delegações apropriadas) os diversos outros problemas propostos no "Memorando" na parte intitulada "no plano político" designadamente:

a) a reforma administrativa — insistindo na "despartidarização" da função pública e na

consequente ilegitimidade de discriminações e saneamentos por critérios partidários;

b) as leis de imprensa radiodifusão e televisão e o estatuto da imprensa estatizada ou intervencionada — insistindo na garantia das liberdades e direitos dos cidadãos, no carácter objectivo da informação e no acesso dos partidos e forças sociais representativas aos órgãos de Comunicação Social do Estado.

3. Desde que se chegue a acordo acerca duma plataforma, o PCP, segundo o âmbito e os termos da mesma, admite votar na Assembleia da República o Orçamento e o Plano para 1978, assim como votar positivamente o Programa de um novo Governo, desde que naturalmente correspondam à plataforma acordada.

Concordará também em tais casos, em participar na elaboração comum de projectos e propostas de leis correspondentes assim como no estabelecimento de um acordo de informação recíproca e de cooperação no âmbito das autarquias e noutros âmbitos.

4. No que respeita ao Governo, o PCP considera que o Governo actual, tanto pela sua política como pela sua composição, não tem condições para resolver os problemas actuais.

O PCP não pode deixar de sublinhar que o "Memorando" explicita que o PS "recusa a chamada maioria de esquerda" mas não faz semelhante explicitação em relação a uma maioria com a direita.

Não pode também deixar de sublinhar que o "Memorando" contém a afirmação de que o PCP teria "aventado" um governo de quatro partidos (CDS, PPD, PS e PCP), apesar de que na véspera da sua apresentação à Assembleia da República essa afirmação foi formal e directamente desmentida ao Primeiro Ministro.

O PCP julga apropriado referir a sua profunda convicção de que um governo resultante de um acordo PS-CDS ou PS-PPD ou PS-CDS-PPD pela sua política e pela sua composição não só não teria condições para resolver os problemas nacionais como certamente os agravaria a todos.

Antes do exame da composição do Governo, a questão primeira e essencial no momento presente é a elaboração e o acordo acerca de uma plataforma.

Havendo acordo acerca da plataforma, ficará extraordinariamente simplificada a constituição e composição do Governo.

A preocupação principal deve ser a de que o Governo, pela sua composição política e pelas características pessoais dos seus componentes, esteja em condições de pôr em prática com eficiência e fidelidade a plataforma acordada.

B. No plano económico e financeiro

1. O PCP considera, antes de mais não ter qualquer rigor a alternativa indicada de uma forma fatalista no "Memorando": ou o grande empréstimo com aceitação das exigências do FMI, ou a delapidação total das reservas de ouro no espaço de um ano.

Primeiro, tem de procurar negociar-se



III - Considerações finais

1. O PCP lamenta que, nos repetidos encontros realizados com delegações do PCP, o Governo não tenha manifestado interesse em considerar com tempo as possibilidades de estudar uma plataforma e coloque essa necessidade a contra-relógio, em vésperas da discussão do Orçamento e do Plano e da retomada de negociações com o FMI.

Essa urgência aparece com evidência como uma forma de pressão e de facto o é. Não altera o PCP as suas posições por virtude da pressão política. Mas tem em conta a pressão real dos factos, que obrigam à urgência de decisões.

2. É com sincero desejo de evitar o agravamento da crise e encontrar soluções e uma saída que o PCP faz as propostas indicadas.

Pronto a entabular com o Governo um rápido processo de exame dos problemas e de negociação das soluções, espera o PCP que as suas propostas suscitem, da parte do Governo, a atenção e a rápida

decisão que infelizmente não suscitaram propostas anteriormente feitas.

3. O PCP esclarece que não faz depender o seu acordo com o Governo e com o PS e a sua assinatura a uma plataforma da exclusão do acordo e da assinatura de quaisquer outras forças políticas ou sociais.

Desde que o PCP considere poder subscrever uma plataforma é porque entende que ela servirá os interesses do povo e do país. Por isso, não tem objecções a que quaisquer outras forças a subscrevam também, em conjunto ou em separado, antes considerará positivo que isso suceda.

21 de Novembro de 1977

A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português

PROSSEGUEM AS GRANDES JORNADAS DE UNIDADE E LUTA POR OBJECTIVOS DE TODO O POVO

Novas manifestações marcadas para os distritos de Santarém, Braga e Viana do Castelo

As jornadas de unidade e luta de 18 e 19, no Porto e em Lisboa, não foram apenas manifestações locais. O seu âmbito, a sua poderosa afirmação de massas, está para além das cidades, para além dos distritos onde estão as sedes das organizações que as convocaram. As suas palavras de ordem constituem objectivos nacionais.

Para lá das formas adequadas a este ou aquele

distrito, a este ou aquele concelho ou região, as jornadas de unidade e luta vão continuar dentro do espírito, da análise da situação e do alcance das propostas aprovadas no plenário nacional da CGTP-IN de 8 de Outubro findo, em Lisboa.

Por isso, a União dos Sindicatos de Santarém, manifestando-se, com largo apoio, «contra as agressões às conquistas de Abril», decidiu «levar a efeito

grandes acções de massas no distrito, nomeadamente, em Samora Correia e Tramagal, no dia 26 de Novembro de 1977, pelas 15 e 30 horas».

Por isso, para o mesmo dia e hora, estão convocadas grandes manifestações em Braga e Viana do Castelo.

Os objectivos são os mesmos das grandiosas jornadas de Lisboa e do Porto. Com ligeiras variações de forma,

o conteúdo é o mesmo. É a voz genuína dos trabalhadores portugueses que se levanta em todo o País contra o aumento do custo de vida, contra o desemprego, contra a repressão, pelo direito ao trabalho, pelas liberdades sindicais, pela defesa das conquistas alcançadas, contra o fascismo, pelo cumprimento da Constituição, pela defesa da democracia.

Portucel-EP

REINTEGRAÇÕES E 15 MIL CONTOS NA LINHA DE ASSALTO MONOPOLISTA À CELULOSE NACIONALIZADA

Mandando pagar indemnizações que ascendem a mais de 15 mil contos (exactamente, 15 218 798\$50) «contra a vontade claramente expressa pelos trabalhadores e em flagrante delapidação da economia da empresa», o Conselho de Gerência da Portucel-Empresa Pública (EP), «ou quem o mandou, coloca-se na posição de responsável perante o povo, a quem aquele dinheiro pertence e a quem terá forçosamente de vir a prestar contas» — afirma em documento divulgado em conferência de imprensa a Inter-Comissões de Trabalhadores daquela empresa protestando contra a «tentativa de recuperação do poder político pelo capital monopolista e explorador» que, no caso específico da Portucel-EP (Empresa de Celulose e Papel de Portugal) se traduz na tentativa de reintegrar, para já, 16 dos 41 indivíduos afastados pelos trabalhadores porque, «quer pelo seu comprometimento com o regime fascista, quer pela sua incompetência, quer pela sua falta de honestidade e ainda pela sua incapacidade de adaptação às regras democráticas amplamente demonstrada, não eram passíveis de recuperação e de integração numa forma de convivência de trabalho que se queria — se quer — mais justa».

Os representantes das Comissões de Trabalhadores da Portucel-EP entregaram aos jornalistas um documento extenso e bem documentado explicando as razões em que se baseiam para não permitir o regresso daqueles indivíduos que, durante o fascismo, ocupavam todos os postos de chefia ou de semi-chefia nas empresas agora integradas na Portucel-EP: CPC (Companhia Portuguesa de Celulose); Guadiana (Celuloses do Guadiana); Socel (Sociedade Industrial de

Celuloses); Celnorte (Celulose do Norte) e Cetejo (Celulose do Tejo).

«No essencial — afirma a Inter-CTs — e embora as datas desses afastamentos não fossem coincidentes nas várias empresas, eles corresponderam à vontade claramente expressa pela maioria dos trabalhadores e ao mesmo princípio de apuramento da responsabilidade de cada um. Assim o afastamento de tais indivíduos foi feito na base de processos elaborados e o seu

afastamento decidido de forma democrática e justa».

MATREIRAMENTE...

Depois de contar várias peripécias que se desenvolvem desde Janeiro findo na tentativa de reintegrar os indivíduos afastados pelos trabalhadores, a Inter-CTs põe a claro a estratégia da recuperação monopolista contra o sector nacionalizado apoiado, neste caso, pelo Conselho de Gerência e pelo Ministério da Indústria e Tecnologia. Aquele capital e as forças que o apoiam, «passando por cima dos órgãos representativos dos trabalhadores, e da própria lei, tentam a todo o custo colocar alguns dos seus homens de mão em postos de grande importância na empresa para assim tentarem inverter a marcha do processo», que é o que está consagrado na Constituição. Assim — prossegue a Inter-CTs — «neste momento em que as forças da mais desenfreada exploração capitalista pretendem apossar-se dos pontos-chave das empresas nacionalizadas, reintegrando notórios serventuários do

fascismo, legionários, bufos e outros indivíduos que sempre exploraram e oprimiram as massas trabalhadoras, o Conselho de Gerência, por uma opção de classe, nada faz para colaborar com os trabalhadores na construção de uma barreira a esse avanço, mas funciona como um cavalo de Tróia dentro da Portucel, tentando abrir, pelas suas manobras ou pela passividade cúmplice, as portas por onde, matreiramente, como é seu hábito, o capitalismo reacçãoário pretende entrar».

Quanto ao MIT e ao seu titular, o sr. Nobre da Costa, podem invocar quantas vezes quiserem o Decreto-Lei n.º 40/77 que, nem por isso, ele se aplica por pouco que seja aos indivíduos afastados da Portucel-EP. No artigo 3.º daquele diploma lê-se, que «qualquer trabalhador (...) poderá requerer ao ministro do Trabalho, apresentado logo as provas, a instauração de inquérito administrativo sobre as razões do seu afastamento, desde que este não tenha sido da iniciativa da entidade patronal nem tenha tido a sua aprovação ou consentimento tácito».

Ora a verdade — e os trabalhadores da Portucel-EP reivindicam — na — é que em 7 de Dezembro de 1974, a administração da Socel aceitou o afastamento dos 16 indivíduos de forma bem explícita, conforme documento por ela assinado.

A Portucel-EP emprega directamente cerca de 6000 trabalhadores. Setenta por cento dos seus produtos são exportados. É uma das empresas que mais moeda estrangeira faz entrar no País. Constituído por si só um dos grandes sectores básicos da economia portuguesa, a Portucel não pode depender de um Conselho de Gerência com atitudes que objectivamente ameacem a boa gestão das nacionalizadas dentro do papel que lhes é atribuído na Constituição da República.

GOVERNO AGRAVA CRISE NO SECTOR TÊXTIL

Hoje mais do que nunca se faz sentir o agravamento da crise económica e social da indústria têxtil, em consequência da política fascista e da do actual governo do PS, conforme salienta um documento do Comité Têxtil do distrito do Porto do nosso Partido, recentemente divulgado. Alertando para as nefastas consequências que advirão para o nosso país, caso prossiga a política de recuperação capitalista da responsabilidade do executivo, o comunicado frisa que ela «facilita e conduz ao encerramento de empresas, ao desemprego, à repressão, ao desvio de fundos para fins ilícitos, ao não cumprimento das PRTs, ao aumento do custo de vida, ao agravamento da situação económica das pequenas e médias empresas, dos trabalhadores e do país».

Realçando a urgência de ser posto um travão a esta orientação, o Comité de Classe dos Metalúrgicos — baseado-se em dados apurados no decurso de uma recente reunião de quadros — salienta que, das empresas representadas, 61,5% se encontram em situação difícil e não cumprem a PRT; 11,5% têm os salários em atraso, 23,1% não laboram. Somente 15,4% (quinze virgula quatro) se encontram em situação económica razoável.

«A situação actual de não

laboração da «FERTEX», «SCHIMING», «ANTAR», «FERNANDO AMORIM», «ORIENTAL», «GADOR», entre outras, a perspectiva de desemprego da «Algot», a falta de legislação e de apoio e crédito financeiro da banca e do Governo», entre outras questões são apontadas como típicas de uma orientação e política governamentais que revelam «a sua incapacidade e falta de interesse na perspectiva da solução dos problemas nacionais, salvaguardando os interesses dos trabalhadores e da economia nacional».

Mais adiante, o comunicado denuncia as consequências do agravamento do custo de vida, amplamente sentidas no sector têxtil, cujos salários são dos mais baixos de toda a indústria transformadora. Para além disso, a grande maioria dos trabalhadores têxteis são mulheres que sentem bem na carne as consequências da recuperação capitalista. A situação tende a agravar-se com a perspectiva de falta de alguns géneros de primeira necessidade no mercado e o aumento de preço de outros. Após o 25 de Abril, em 1974 o salário real dos trabalhadores aumentou 10%, em 1975 12%, em 1976 com o VI Governo Provisório do PS e PPD o salário

real baixou 5%, em 1977 com o Governo Constitucional do PS baixou 21%.

A SAÍDA DA CRISE É POSSÍVEL

Proseguindo a análise da situação no sector, o Comité Têxtil recorda que, durante a Conferência Nacional, os comunistas defenderam, entre outras, as seguintes medidas:

- Financiamento das pequenas e médias empresas, cooperativas e empresas em autogestão nas aquisições de equipamento e matérias-primas;
- Facilitar a aquisição de matérias-primas a preços estáveis, através de centros de coordenação;
- Apoiar a produção de matérias-primas nacionais (linho, algodão, lã, fibras sintéticas);

- Facilitar a integração vertical de empresas, visando o aproveitamento das actividades complementares;

- Controlar os gastos improdutivos e assegurar a plena utilização das máquinas;

- Financiar a modernização tecnológica com base na indústria nacional metalomecânica;

- Diversificar as origens das importações do sector, estabelecendo acordos de troca de produtos sempre que seja vantajoso e possível;

- Reestruturar a Instituto de Têxteis com vista a promover as exportações e garantir a qualidade, os preços e os prazos de entrega.

A Conferência Nacional demonstrou também que a recuperação do País não é possível sem a participação dos trabalhadores, assim como também que a recuperação capitalista contraria a recuperação económica. A finalizar, o comunicado analisa as diferenças essenciais entre recuperação económica e recuperação capitalista, acentuando a necessidade do «descongelamento da Contratação Colectiva, a consolidação do Controlo de Gestão como forma de evitar o superlucro, a sabotagem económica, os gastos supérfluos. Conseguir o melhor aproveitamento dos desperdícios de matérias-primas num verdadeiro esforço nacional com os trabalhadores e o seu partido de vanguarda, o Partido Comunista Português».

Na MDF

PELA RECONVERSÃO CONTRA OS DESPEDIAMENTOS

«É necessário que todos os trabalhadores da MDF, independentemente das suas ideias políticas, se unam na defesa dos interesses comuns», pois a política dos despedimentos não escolhe os trabalhadores. «Se hoje são uns, amanhã poderão ser outros. Tanto no Tramagal como em Lisboa ou no Porto, todos os trabalhadores devem estar unidos e mobilizados», afirmam num comunicado os secretários da célula do PCP na Metalúrgica Duarte Ferreira.

Intitulado «Alerta trabalhadores da MDF! A hora é de unidade e de luta contra os despedimentos», o documento defende a reconversão da empresa, recusa as medidas de recuperação capitalista, apela a todos os trabalhadores para que desenvolvam as formas de luta adequadas, demonstrando que a razão está do lado de quem trabalha e que a recuperação económica só é possível com os trabalhadores.

LUTAS E TAREFAS DO MOVIMENTO SINDICAL



TRABALHADORES DA RABOR FESTEJAM DOIS ANOS DE GESTÃO — Símbolo, entre muitos, dos bons resultados do esforço abnegado dos trabalhadores organizados na gestão das empresas intervencionadas, a Rabor, salva da sabotagem da ITT, festejou no último sábado dois anos de intervenção estatal. Entidades, oficiais, sindicatos, comissões de trabalhadores e jornalistas, convidados a visitar a fábrica de Ovar, tiveram oportunidade de ver com os próprios olhos os resultados altamente positivos do esforço dos trabalhadores, que tem sido desprezado pelo Governo com a sua política desintervencionista em tantas outras empresas salvas da ruína pelos trabalhadores.

SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL PARA A COPAM — Segundo um comunicado da CGTP-IN, a União Internacional dos Sindicatos das Indústrias Químicas, do Petróleo e Similares — FSM (Federação Sindical Mundial) «em nome dos seus sete milhões de aderentes, protesta energicamente (num telegrama para a Central portuguesa) contra a violação dos direitos legítimos dos trabalhadores e das liberdades sindicais e exprime a sua total solidariedade para com os trabalhadores da COPAM, bem como para com todos os trabalhadores de Portugal que lutam pela satisfação das suas reivindicações, pelo progresso social e pela democracia».

OS TRABALHADORES DA MUNDET PROCESSAM O TITULAR DO MIT — A CT desta empresa, desintervencionada há cerca de três meses, mas cuja gestão continua a ser assegurada pelos trabalhadores juntamente com um delegado do Governo, recentemente nomeado, pôs uma acção em tribunal contra o ministro da Indústria e Tecnologia, acusando-o de «ter lesado a sua honra profissional e consideração social» quando, faltando à verdade, tentou fazer acreditar publicamente que «os trabalhadores degradaram a empresa, mistificaram a sua situação e enganaram o povo em geral». Na queixa, a Comissão de Trabalhadores da Mundet pede que o ministro seja condenado «a reconhecer que faltou à verdade, quanto a várias questões relativas à situação da empresa, antes e depois da desintervenção».

FIL: 14 MIL CONTOS DE RENDA — Ao analisarem em plenário as negociações e os acordos já estabelecidos entre a Associação Industrial Portuguesa (AIP) e o Estado para a constituição da futura Feira Industrial de Lisboa (FIL), os trabalhadores da empresa chamaram a atenção para o «escândalo», que repudiam, de a AIP estar a receber 14 mil contos anuais de renda pelas instalações da FIL.

CONSERVEIROS HÁ TRÊS ANOS SEM SALÁRIOS — Setenta e cinco famílias da Nazaré esperam que a Assembleia da República intervenha junto do Governo no sentido de os 75 trabalhadores despedidos, em Dezembro de 1974, da fábrica Salpena (na falência) viam a receber as remunerações a que têm direito, pois há três anos que não recebem qualquer salário ou subsídio de desemprego, vivendo do crédito e fazendo dívidas. Uma delegação daqueles operários da Nazaré avistou-se recentemente

com os grupos parlamentares do PCP e do PS na Assembleia da República.

COMEÇA DEPOIS DE AMANHÃ O ENCONTRO INTERNACIONAL DE MAGISTRADOS — Sob o tema «O Estatuto do Magistrado e as Perspectivas Futuras do Direito», o Sindicato dos Magistrados do Ministério Público (300 sócios num total de 472 em todo o País) promove, nos dias 26 e 27, no Palácio da Justiça, em Lisboa, o II Encontro Internacional de Magistrados.

10 MIL CONTOS DE INDEMNIZAÇÕES A EX-ADMINISTRADORES DA BANCA — Numa assembleia-geral dos trabalhadores da zona Norte e Sul, do Banco Fonseca & Burnay, foi aprovada uma moção de protesto contra as indemnizações de cerca de 10 mil contos («a título de pagamento de impostos») a ex-administradores daquele Banco por iniciativa do secretário de Estado do Tesouro com base num parecer da Procuradoria-Geral da República.

MOVIMENTO CONTRA OS DESPEDIAMENTOS EM COIMBRA — Num encontro de trabalhadores despedidos das empresas Mondorel, Agia, Santix e Auto-Vitória do distrito de Coimbra foi criado um movimento contra o desemprego. «Frente da Unidade e Luta» é a designação desse movimento distrital que, num manifesto, recorda que, «a nível nacional, há mais de meio milhão de desempregados e, no espaço de um ano, a política de recuperação capitalista e a vingança patronal saldaram-se em mais de 20 mil despedimentos».

RODOVIÁRIOS PERGUNTAM PELO «AUTOCARRO NACIONAL» — O Sindicato dos Rodoviários do Distrito de Lisboa, a propósito das tentativas que estão a ser feitas no sentido de se entregar o sector de construções de autocarros ao capital monopolista internacional, pergunta, num comunicado, «que foi feito do plano de construção de um autocarro nacional que apontava para a incorporação máxima de componentes nacionais» e denuncia «mais um dos atentados cometidos na sombra dos gabinetes contra o Povo português».

A SAÚDE NA REESTRUTURAÇÃO DOS SEGUROS — Sem pôr em causa um único posto de trabalho, vai ser apresentado em assembleia-geral do Sindicato dos Trabalhadores de Seguros do Sul um estudo efectuado por um grupo de trabalho para a integração de todas as instituições de saúde pertencentes às companhias seguradoras, de modo que qualquer sinistrado possa ser assistido em qualquer unidade hospitalar dos Seguros, independentemente de essa unidade pertencer ou não à sua companhia seguradora. O estudo propõe ainda a criação de uma empresa pública de saúde para os segurados.

REIVINDICAÇÕES DA FUNÇÃO PÚBLICA — Em assembleias que decorreram em Viana do Castelo, Braga, Porto, Vila Real e Guimarães foi aprovada uma proposta reivindicativa dos trabalhadores da Função Pública, subscrita por 20 sindicatos do sector. A proposta inclui a revisão contratual e benefícios complementares. Em Lisboa, também foi aprovada a mesma proposta.

DEFENDAMOS AS NACIONALIZAÇÕES!

O desenvolvimento do nosso país está intimamente ligado à defesa do sector nacionalizado. Nenhuma recuperação económica é possível sem o progresso das empresas nacionalizadas. Sair da crise é, em muito larga medida, resolver, nos termos constitucionais, os problemas desse sector.

Para colaborar estreitamente nessa tarefa, que tem de ser levada a cabo com os trabalhadores e não contra eles, o PCP prepara a Conferência sobre a Dinamização do Sector Nacionalizado, aberta a todos os trabalhadores e quadros técnicos, comunistas ou não, que estejam interessados em analisar a situação nessas empresas e em apontar medidas e soluções concretas para melhorar a sua actividade e a sua eficiência.

As tentativas directas ou indirectas para a destruição ou reprivatização de empresas do sector nacionalizado repetem-se com frequência preocupante. Aqui mesmo, nesta página damos um exemplo dessas tentativas: o caso da Portucel.

O grande capital e os seus agentes políticos não desistirão enquanto não conseguirem comprometer decisivamente a viabilidade económica das empresas nacionalizadas. Tentam e tentarão por todos os meios causar o descontentamento dos respectivos trabalhadores e abrir caminho para a entrega do sector, ou da sua parte mais importante aos grandes

As remodelações do MIT UMA BABILÓNIA PARA SIMÃO

«Sem política governamental definida, nem no campo da ciência e da técnica, nem no campo das aplicações pacíficas da energia nuclear;

trabalhadores para alcançar este resultado».

A preparação da Conferência do PCP para o sector nacionalizado, através da mobilização dos trabalhadores e quadros técnicos, e a sua concretização, como tarefa patriótica, vão demonstrar o papel determinante do sector nacionalizado na saída da crise e na recuperação e desenvolvimento económico, na defesa do regime democrático e da independência nacional.

Por isso, como indica o Comité Central do nosso Partido, é necessário «examinar as soluções e os métodos de fazer frente a esta ofensiva, de melhorar a eficiência económica do sector nacionalizado e dar-lhe o papel que lhe cabe na recuperação económica e no desenvolvimento e de definir as formas de intervenção dos

capitalistas. Num comunicado recente sobre a situação no Laboratório, dependente do Ministério da Indústria e Tecnologia, a Célula do PCP naquele organismo refere-se a «uma monstruosidade administrativa chamada LNETI — Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial — espécie de Babilónia de quadros, de equipamentos e de instalações».

«Sem política governamental definida, nem no campo da ciência e da técnica, nem no campo das aplicações pacíficas da energia nuclear;

permanente expectativa de reestruturações mais ou menos profundas da JEN (Junta de Energia Nuclear) e do próprio Laboratório; sem possibilidades de promover pessoal que há anos espera uma mais do que justa revisão dos seus contratos; sem poder admitir novos técnicos, mesmo para o desempenho de tarefas essenciais; limitado nas verbas e na forma de dispor delas pelos mecanismos burocráticos do Estado, há muito provavelmente incompatíveis com as exigências da gestão de uma grande unidade de ciência e tecnologia; fechados os olhos e tapados os ouvidos de sucessivos governos à exposição repetida de problemas de fundo e de propostas para os solucionar, os trabalhadores do LFEN (Laboratório de Física e Energia Nuclear) ergueram democraticamente um sistema de gestão, cuja cúpula — a Comissão de Gestão da JEN — foi reconhecida pelo Governo em Agosto de 1975; reordenaram em novas unidades funcionais as capacidades técnicas e científicas existentes; instituíram e puseram em prática o princípio da programação e da avaliação colectivas do trabalho por um órgão técnico-científico eleito pelos trabalhadores».

«E quem vai dirigir essa Babilónia? O sr. Veiga Simão. O próprio. O mesmo «ex-ministro fascista da Educação Nacional, responsável por uma das mais violentas ondas de repressão sobre a população estudantil universitária — lembra o comunicado — pela pilhagem e encerramento ilegal de Associações de Estudantes, pela introdução nas escolas de uma polícia especial encarregada da repressão física violenta dos estudantes democratas e antifascistas».

O SR. VEIGA SIMÃO «TECNÓLOGO»

«Esta actividade positiva, prosseguida em condições difíceis ao longo de quase três anos de gestão democrática do LFEN, que está em riscos de se perder.

É tempo de responderem pela afirmativa a esta pergunta e de passarem das palavras aos actos. Já basta o que até agora revelaram. Os representantes dos

Algot GONELHA IMPEDE AUDIÊNCIA DE TRABALHADORES

O delegado do Ministério do Trabalho do Porto recusou-se a receber documentos e uma delegação dos 600 trabalhadores da Algot Portuguesa, concentrados de frente daquele departamento governamental, na passada terça-feira, de acordo com a decisão do plano da empresa. Por intermédio de um funcionário, o sr. delegado mandou um recado aos manifestantes, informando-os que o sr. Gonelha o proibira de receber documentos e representantes dos trabalhadores da maior empresa de vestuário instalada no nosso país, parada desde o passado dia 7 de Novembro.

«Exijimos trabalho e que sejam respeitados os nossos direitos. Não se entende que os governantes digam que o País se salva com trabalho, se não o fomentam e, sobretudo, se não defendem os postos de trabalho que já existem», salientavam os trabalhadores da Algot num documento distribuído nas imediações do MT, no Porto.

Citando afirmações do administrador de falência da

multinacional Algot Johanson, para quem a solução da crise da unidade industrial das Fontainhas passa por um acordo entre os governos sueco e português, o comunicado acrescentava:

«Temos a certeza que todos entenderão que a fome e a miséria provocadas pelo não pagamento dos salários, são da exclusiva responsabilidade dos capitalistas e do Governo que, com medo ou por cumplicidade, não orienta a economia de acordo com a vontade e a necessidade dos trabalhadores».

Nos últimos cinco meses, trabalhadores, delegados e dirigentes sindicais interessados na defesa dos postos de trabalho e na continuidade da laboração da unidade fabril das Fontainhas, na Póvoa do Varzim, tem assistido a uma das mais exemplares demonstrações de inconsciência, incompetência, inoperância, ignorância, falta de respeito e cumplicidade com o capital, dada por este governo da direcção do Partido Socialista.

Os representantes dos

CONTINUAM EM TODO O PAÍS AS ASSEMBLEIAS DE ORGANIZAÇÃO



José Vitoriano na I Assembleia de Silves

AS FORÇAS DEMOCRÁTICAS TÊM FORÇA PARA FAZEREM FRACASSAR A OFENSIVA E OS PLANOS DA REACÇÃO

Há por aí muito quem nos acuse de não sermos um partido democrático, de sermos antidemocráticos, de sermos, enfim, uns ditadores sem respeito pelas opiniões uns dos outros, ou onde não será mesmo possível ter opiniões.

Em primeiro lugar, seria melhor que olhassem primeiro para o que vai por sua casa e falassem depois. Em segundo lugar, nós desafiámos a que nos provem que outro partido tem mais vida democrática, que outro partido tem mais democracia interna...

Esta uma parte da intervenção do camarada José Vitoriano, membro da Comissão Política do Comité Central durante o comício-festa que no último sábado encerrou a I Assembleia da Organização Concelhia de Silves do PCP.

A prova da democracia interna ficou patente nos trabalhos que durante quase todo o dia ocuparam os 94 delegados presentes, eleitos na sua esmagadora maioria em reuniões preparatórias da Assembleia.

Destes, 70 eram operários, 13 empregados, 4 intelectuais, 1 camponês e 6 de outros sectores profissionais. Das 21 mulheres presentes, 13 eram operárias e 8 domésticas.

Assistiram aos trabalhos da Assembleia todos os militantes do Partido que assim o desejaram e foram convidadas organizações políticas democráticas, organizações de trabalhadores e populares e ainda democratas e antifascistas do concelho.

Nesta Assembleia concelhia o relatório de actividades não procurou abarcar todo o trabalho desenvolvido desde a Revolução de Abril. Antes se procurou descentralizar dando oportunidade aos diferentes organismos e células organizadas de poderem ali apresentar o balanço do que foi feito.

Assim, embora curtas, numerosas foram as intervenções registadas onde cada organismo destacava as deficiências ou avanços, apontando por seu turno as tarefas a concretizar.

Apresentaram relatórios os seguintes organismos da Comissão Concelhia de Silves: Comissão de Sede, célula da "Fazhabita", Comissões de Freguesia de S. Marcos da Serra

PPD e imprimir mais força às suas exigências.

Mais adiante e referindo-se à política de cédencia permanente do Governo à pressão e às exigências das forças do capital e do imperialismo, o camarada José Vitoriano recordou:

Com eleito, um Governo de um partido que se diz dos trabalhadores está sempre ao lado dos patrões quando se trata de fazer aplicar medidas contra os trabalhadores. (...) As leis da greve e sindical começam a ser em grande parte letra morta. Nunca falta ao patronato reaccionário o apoio, a presença física das forças policiais quando pretende despedir ou exercer represálias sobre os trabalhadores.

Mas, ao contrário, nunca se viu o Governo enviar a PSP ou a GNR a uma empresa para obrigar o patrão a reintegrar um trabalhador despedido ilegalmente nem mesmo para cumprir decisões do Governo, como foi o caso dos despedidos da Têxtil Manuel Gonçalves.

Quando são cometidas arbitrariedades sobre os trabalhadores estes apenas podem queixar-se aos tribunais para, na melhor das hipóteses, verem os seus casos apreciados ao fim de mais de três anos.

E o camarada José Vitoriano acrescentou, reportando-se a este exemplo:

É o que diz, por exemplo o sr. ministro do Trabalho, Maldonado Goniha, quando se lhe pede medidas contra os despedimentos. Isso não é com o sr. ministro, é com a Inspeção do Trabalho e os tribunais. Reclama-se contra a intervenção das forças militarizadas nas empresas e a prática de violências sobre os trabalhadores? Também não é com o sr. ministro, é com o Ministério da Administração Interna. Pede-se a revisão de alguns aspectos mais graves da legislação do trabalho? Tampouco é consigo. É com o grupo parlamentar do seu partido.

Dá vontade de perguntar ao sr. ministro Goniha o que é que está a fazer no Ministério da Praça de Londres.

Mais adiante, referindo-se à ameaça do 3.º pacote e às imposições do FMI, salientou:

O FMI pretende impor restrições à nossa produção e não aumentá-la. É sintomático que o FMI ponha como condição para o empréstimo limitações à expansão da nossa economia, precisamente o contrário do que precisamos, isto é, o seu desenvolvimento. O FMI quer, por outro lado, a redução das importações, mas ao mesmo tempo quer a sua liberalização em relação aos países prestamistas. Compreende-se os objectivos do FMI, mas seria degradante para nós submeterno-nos a eles.

Abordando a posição do PCP declarou:

Nós estamos de acordo que é necessário reduzir o défice do orçamento geral do Estado, que é necessário reduzir os défices das Balanças Comercial e de Pagamentos, mas não à custa das medidas que atingem exclusivamente ou particularmente os trabalhadores e certas camadas médias da população enquanto os capitalistas, a burguesia endinheirada continuam a engordar. Se são necessários sacrifícios — e são — naturalmente — que eles sejam suportados por todos em escala progressiva de acordo com os seus rendimentos.

Após precisar a posição do PCP sobre as medidas para a saída da crise económica, financeira e política, o camarada José Vitoriano salientou ao terminar:

Os trabalhadores e as forças democráticas têm a capacidade e as energias necessárias, têm força para fazerem fracassar a ofensiva e os planos da reacção, para opor uma barreira ao avanço do fascismo, para obrigar o Governo a uma nova política, para tirar o país da crise económica em que está mergulhado e prosseguir na construção do nosso regime democrático a caminho do socialismo, para que aponte a Constituição da República.

A Assembleia, que elegeu a nova Comissão Concelhia, assistiram as camaradas Ildio Esteves e Carlos Duro, membros do Comité Central e a camarada Conceição Rocha, membro da DORAL.

Assembleia em Oliveira de Azeméis ANALISAR O TRABALHO DO PARTIDO ENQUADRADO NAS REALIDADES LOCAIS

A Primeira Assembleia da Organização Concelhia de Oliveira de Azeméis, do PCP, teve lugar naquela vila durante o passado sábado. Os trabalhos foram iniciados cerca das 14 horas, com a eleição da Mesa da Assembleia e do respectivo secretariado. Na sala encontravam-se os sessenta delegados eleitos e meia centena de convidados, entre os quais representantes de forças políticas democráticas. O Movimento Democrático Português, a FEPU e o PS, da cuja delegação fazia parte o responsável distrital que leu uma saudação, assistiram aos trabalhos. Presentes ainda delegações do nosso Partido, membros de outras comissões concelhias do distrito e ainda o camarada Carlos Pinhão, do Comité Central, Carlos Luís Figueira, do CC e da DORB e Américo Valente da DORB.

Do relatório de actividades da Comissão Concelhia cessante fazia parte um amplo leque de assuntos abarcando os aspectos mais importantes da actividade dos comunistas do concelho de Oliveira de Azeméis. Começando por afirmar que a Assembleia se desenrolava depois de um grande trabalho colectivo de que o relatório era o resumo, este documento caracteriza económica, social e politicamente o concelho, com as suas 19 freguesias integrando cerca de 60 mil habitantes. A agricultura,

principalmente no aspecto ligado à produção de leite, que faz do concelho um dos mais importantes na produção leiteira do país, constitui o sector mais forte da economia local, caracterizada pelo minifúndio. Assiste-se por outro lado, a par de indústrias antigas, à expansão, desde os anos 60, da metal-mecânica ligeira, à frente de algumas outras formas de produção industrial menos significativas.

As poucas fortes tradições de luta, o manter das populações arredadas da movimentação política até há pouco tempo, explica, segundo o relatório, a influência da direita nas primeiras votações, sobretudo nas zonas rurais. Entretanto, mesmo nestas zonas, cresce a adesão das populações às posições progressistas, enquanto nas freguesias mais industrializadas, as votações de esquerda deram a maioria ao PS e PCP. Ultimamente, mesmo, verifica-se que, por exemplo, na freguesia de Palmaz, a lista unitária apoiada pela FEPU venceu as eleições para a Assembleia de Freguesia. Com mais um voto teria a maioria absoluta.

É à luz deste contexto que o estado de organização do Partido é analisado. E conclui-se que o número de inscritos no PCP é muito baixo em relação aos resultados eleitorais e à influência

política que o PCP exerce, havendo portanto boas perspectivas de alargamento. Deficiências no trabalho foram abordadas num sentido autocrítico, acentuando-se as novas possibilidades que se abrem à organização, nomeadamente orientando o trabalho para a melhor distribuição de tarefas a cada militante e fazendo acentuar os esforços para melhorar as percentagens de camponeses chamados ao Partido, a uma maior participação feminina na vida partidária. Actualmente mais de 55 por cento das camaradas da organização concelhia são operárias, sendo diminuta a percentagem de camponeses. Apenas 7 por cento dos militantes são mulheres. Entretanto, nota-se que a juventude — 62 por cento dos militantes tem menos de 30 anos — é predominante nas fileiras do Partido.

Estruturar as células de empresa, base fundamental do trabalho do Partido é uma das direcções apontadas, assim como melhorar o trabalho político nas freguesias, salientando-se as experiências mais positivas até hoje registadas.

Foi sublinhada a actividade na freguesia de São Tiago de Ribá — UI, cujos resultados positivos não são estranhos ao funcionamento regular de um Centro de Trabalho.

O trabalho sindical, a nível concelhio, foi também analisado, assim como o papel dinamizador e unitário que os comunistas terão de fortalecer. Na frente de trabalho unitário em relação às autarquias salientou-se a participação dos comunistas no desenvolvimento e fortalecimento das posições dos antifascistas. A FEPU conta com um elemento na Assembleia Municipal e com 24 elementos eleitos nas freguesias. Chamando a atenção para a importância das comissões de moradores e de trabalhadores, o relatório aponta, além das insuficiências da actividade até hoje desenvolvida, o fortalecimento e uma maior atenção a dedicar a mais esta frente de luta unitária.

A formação de organismos voltados para as colectividades, para o trabalho camponês, para os professores, para as mulheres, para a juventude, são outras tantas orientações que sobressaem no relatório, que ainda dedica a sua atenção a outros sectores da vida política e partidária do concelho.

A aprovação de um plano de acção que tem em conta todos os aspectos salientados nos trabalhos da Assembleia antecedeu a eleição de nova Comissão Concelhia, composta por 14 camaradas, metade dos quais são operários, sendo os outros empregados, técnicos e intelectuais.



Dois aspectos da Assembleia Concelhia de Castelo Branco: o camarada Dias Lourenço no uso da palavra, e os delegados

Em Castelo Branco UM PASSO EM FRENTE NO REFORÇO DO PARTIDO

Com a presença de 87 delegados e mais de 300 convidados, realizou-se, no passado domingo, nas instalações da Escola Preparatória local, a I Assembleia Concelhia de Castelo Branco do Partido Comunista Português.

Aos trabalhos assistiram os camaradas Dias Lourenço, membro da Comissão Política do CC do PCP, Carlos Luís Figueira e José Pedro Soares, ambos do Comité Central do nosso Partido.

Esta Assembleia da organização do concelho de Castelo Branco constituiu, conforme se afirmava na saudação que a Comissão Concelhia cessante dirigiu aos delegados, um ponto alto na vida da nossa organização e culmina mais de um mês de trabalho preparatório no decorrer do qual se fizeram cerca de 20 reuniões e plenários com ampla participação de camaradas, onde foram explicados os objectivos visados por esta Assembleia, elaborados, discutidos e aprovados muitos dos relatórios iniciais.

Os trabalhos iniciaram-se com a eleição dos membros da mesa e aprovação da ordem de trabalhos, cuja primeira parte foi preenchida com a leitura, discussão e votação do Relatório apresentado pela Comissão Concelhia. Depois de aprovado o Relatório, os delegados elegeram a nova Comissão Concelhia, constituída por 22 elementos. A média de idade dos seus membros é de 32 anos. Dos 22 elementos, 6 são operários, 9 são empregados, 4 são intelectuais, 1 é comerciante, 1 é doméstica e um é funcionário do Partido. Na nova Comissão Concelhia eleita, existem 3 mulheres. Registe-se o facto de 13 camaradas terem sido eleitos pela primeira vez para estas funções.

A ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO NO CONCELHO

No final dos trabalhos da Assembleia, usou da palavra o camarada Dias Lourenço, que analisou detalhadamente

a situação política actual e as tarefas que se colocam aos militantes comunistas para defesa da democracia e reforço da organização do Partido.

O Relatório apresentado pela Comissão Concelhia cessante fornece dados importantes sobre a actividade do Partido na região de Castelo Branco. A dado passo, afirmou-se no Relatório:

A composição social reflecte as características do concelho, em que o sector industrial não é predominante. A consequente falta de quadros operários tem sido uma realidade de difícil solução.

Alguns esforços de recuperação e melhoramento de quadros, bem assim como um melhor funcionamento da organização, poderão contribuir para que a composição social dos

nosso organismos se aproxime daquilo que consideramos como regra de ouro: a maioria operária.

Mais adiante, pode ainda ler-se: Na medida em que consolidarmos a organização, aumentarmos o número dos seus quadros, melhorarmos as nossas formas de trabalho, ganharmos todos os membros do Partido para um trabalho militante, então estaremos em condições de responder às questões que se colocam nas empresas, nos campos, nas escolas e em todos os sectores de actividade do nosso concelho.

O Relatório analisa ainda a actividade desenvolvida ao nível dos 14 organismos que funcionam regularmente, apontando os êxitos obtidos e os erros cometidos, de modo a melhorar a qualidade do trabalho desenvolvido.

NOTÍCIAS • NOTÍCIAS • NOTÍCIAS

Cumprindo orientação do VIII Congresso do PCP os comunistas da empresa Ford Lusitana realizam no próximo dia 8 de Dezembro a sua I Assembleia de Organização.

Após a Assembleia, que decorrerá na Azambuja, haverá um almoço e uma tarde de convívio em Vale Paraíso, localidade do concelho daquela vila. No final realizar-se-á um espectáculo de canto-livre. Na Assembleia participará um camarada do Comité Central do PCP.

Um milhar de rifas, a 20 escudos cada, foram vendidas no âmbito de um sorteio organizado pelos camaradas do Centro de Trabalho da Charnusca. Um pouco grande era o prémio, que salu, no passado dia 10, ao número correspondente ao da Lotaria Nacional. Foi a camarada Maria Fernanda Diogo Rodrigues a premiada, pois possuía o número 917.

Esta camarada, tendo oferecido mais mil escudos ao Partido, elevou para vinte e um mil escudos o resultado financeiro do sorteio.

Esta importância reverteu para a compra do Centro de Trabalho.

«Revolução Democrática e Revolução Socialista» é o tema de uma sessão de esclarecimento que terá lugar no próximo dia 25 de Novembro, pelas 21, 30 horas, no C.T. Vitória, promovida pelo Sector de Saúde da DORL do PCP. Participação nesta sessão, integrada no debate ideológico mensal que este sector organiza, os camaradas Aboim Inglês, membro do Comité Central e Álvaro Mateus.

A Comissão Concelhia de Almada do PCP tendo em conta as grandes necessidades do Partido decidiu lançar uma Campanha de Fundos do Natal e Ano Novo, apelando para todos os militantes e amigos para que contribuam com um dia de salário, ou outros donativos.

Este apelo da Comissão Concelhia de Almada do PCP tem como objectivo alcançar a verba de

300 contos, bem necessários, nomeadamente quando as responsabilidades são cada vez maiores perante a agudização da situação política.

edições periódicas

Konstantine Zaróvov

A VIA PARA O SOCIALISMO

Nesta obra, Konstantine Zaróvov estuda a essência e conteúdo da época contemporânea, os problemas de construção do socialismo e as perspectivas do processo revolucionário, defendendo-se na análise das três forças revolucionárias principais do mundo actual: o sistema socialista mundial, o sistema operário dos países capitalistas e o movimento de libertação nacional.

JOAQUIM PIRES JORGE FAZ 70 ANOS

Vida inteiramente dedicada ao combate ao fascismo e pela liberdade, dezenas de anos de luta pelos ideais do socialismo e do comunismo, dezenas de anos passados na clandestinidade ou na prisão, não recuando diante dos perigos e das torturas. Joaquim Pires Jorge, dirigente experimentado que pôs as suas capacidades ao serviço da sua classe, ao serviço dos trabalhadores e do seu Partido, ao serviço do seu Povo, cumpre, no próximo dia 28 de Novembro, 70 anos de idade.

O camarada Pires Jorge é natural de Lisboa, onde começou a trabalhar como motorista. A sua actividade de revolucionário levou-o à prisão muito tempo, por ter participado na insurreição do 7 de Fevereiro de 1927. Marinheiro da Armada, foi deportado para África. A partir daí a sua evolução levou-o ao Partido em 1934. Foi responsável do Socorro Vermelho Internacional.

Preso na Espanha franquista nos princípios do regime, esteve à beira do fuzilamento. Conheceu as prisões fascistas de Angra do Heroísmo e do Continente, num total de 16 anos passados nas masmorras da Pide.

Militante do Partido há 43 anos, é membro do Comité Central há mais de 34, tendo sido reeleito no VIII Congresso. A sua actividade esteve estreitamente associada à construção do PCP, tendo depois da sua evasão de 1943 participado no I Congresso ilegal depois de ter tido participação activa na reorganização de 1940/41. O camarada Pires Jorge, cuja actividade esteve sempre ligada às fases mais importantes da acção do Partido, foi membro do Secretariado do CC de 1951 a 1961, ano em que foi novamente preso, passando dessa vez 10 anos na prisão, donde foi libertado pela acção de protesto dos trabalhadores e antifascistas portugueses e pela solidariedade internacional.

O 25 de Abril veio encontrá-lo de novo no seu posto como dirigente do Partido. Pela passagem do seu 70.º aniversário, o «Avante!

saúda o camarada Pires Jorge, deseja-lhe longa vida e bom trabalho, fazendo votos pelo êxito da tarefa que desempenha.



Pires Jorge durante os trabalhos do VII Congresso (Extraordinário) do PCP, a que presidiu

CENTENAS DE MILHARES DE TRABALHADORES MAN

Nota da Comissão Política do CC do PCP

1 Realizadas no quadro geral de agravamento da situação política e económica, as grandiosas manifestações dos trabalhadores em Lisboa e no Porto, com mais de meio milhão de participantes, foram uma afirmação incontestável da força, firmeza, unidade e organização das massas trabalhadoras portuguesas. Corresponderam ao sentido de responsabilidade que os trabalhadores têm, quanto ao seu papel na defesa da democracia e dos interesses nacionais. Expressaram a ampla oposição das massas populares à política de direita que tem sido aplicada pelo Governo PS, com todas as consequências de agravamento das condições de vida e trabalho resultantes das medidas de recuperação capitalista, agrária e imperialista. Manifestaram a vontade dos trabalhadores de participarem de forma construtiva, abnegada e criadora no grande esforço nacional que poderá fazer sair o País das actuais dificuldades económicas e financeiras, defender as conquistas do regime democrático e assegurar a independência nacional, ameaçada pelas imposições feitas pelo FMI na negociação dos empréstimos.

Da parte de conhecidos grupos esquerdistas mais uma vez se verificou a tentativa de colagem às manifestações para difundirem as suas próprias palavras da ordem e dividirem os trabalhadores, o que se saldou por um completo fracasso.

A Comissão Política do CC do PCP assinala que a participação massiva dos

trabalhadores nestas manifestações, o largo carácter unitário que as assinalou, a adesão massiva de grandes sectores da população, demonstram o alargamento da base social de apoio à definição de uma nova política que, no respeito pela Constituição, mobilize os recursos nacionais para assegurar uma solução democrática à crise que o País atravessa.

2 A direita reaccionária - PPD, CDS, MIRN, ELP, etc. - através da concentração, no Porto, de elementos idos de todo o País e dos métodos e processos terroristas e nazis utilizados, mostrou a verdadeira face dos que se batem pela recuperação capitalista, latifundista e imperialista, contra a Constituição, pela liquidação do regime democrático e o regresso ao passado fascista.

As novas sortidas das forças abertamente reaccionárias e fascistas revelam, por um lado, o desespero pela dificuldade de imporem as suas pretensões nos quadros constitucionais do regime democrático, e demonstram, por outro lado, que essas forças estão dispostas a lançar-se em novas e criminosas tentativas de desestabilização política, com recurso à contestação do quadro constitucional, à violação da legalidade democrática e à conspiração.

A Comissão Política do CC do PCP assinala que não pode deixar de se considerar que um dos objectivos dessas perturbações da vida política nacional pelas forças e elementos reaccionários é o de

comprometer a possibilidade de negociação e entendimento acerca duma plataforma que permita ao País sair da crise económica e financeira em que se encontra.

3 A Comissão Política do CC do PCP sublinha que, nestas condições, a intervenção aberta das massas trabalhadoras na defesa duma solução democrática e nacional da crise constitui uma contribuição de alto valor para tornar possível a sua superação e uma contribuição patriótica para a salvaguarda do regime democrático.

A Comissão Política do CC do PCP saúda todos os trabalhadores e todos os democratas - comunistas, socialistas, sem partido - que, com a sua participação nas grandes manifestações dos dias 18 e 19, reafirmaram o papel de vanguarda das massas trabalhadoras e a determinação popular na defesa dos interesses nacionais e do regime democrático.

A Comissão Política do CC do PCP reafirma a sua confiança de que, com os trabalhadores, com as massas populares, com o esforço de todos os verdadeiros democratas, é possível sair da crise, defender as liberdades e outras conquistas da Revolução, fazer respeitar e aplicar a Constituição e assegurar o futuro democrático e independente da nossa Pátria.

Lisboa, 21 de Novembro de 1977

A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português

Porto



O impressionante aspecto da Praça do

Reportagem

LISBOA E PORTO: UNIDADE E DETERMINAÇÃO

Respondendo ao apelo das suas organizações, milhares de trabalhadores portugueses manifestaram-se no Porto e em Lisboa, respectivamente, nos passados dias 18 e 19, contra o desemprego, o aumento do custo de vida, a repressão, os despedimentos, a capitulação perante a ofensiva patronal e das forças reaccionárias e contra a ingerência imperialista, em particular a investida do FMI contra o nosso país.

Tanto no Porto como em Lisboa a mesma determinação em defender as conquistas do 25 de Abril, a democracia, a Reforma Agrária, as nacionalizações e o controlo operário, a mesma firmeza na luta pelo avanço do processo democrático, a mesma serenidade e a mesma vontade patriótica do povo trabalhador.

Convocada pelas Uniões Sindicais de Lisboa e Setúbal, Secretariados das Comissões de Trabalhadores das Cintas Industriais de Lisboa e Setúbal e pelos Secretariados das empresas e cooperativas em autogestão e das intervenções, a manifestação de Lisboa foi uma das mais

impressionantes afirmações de unidade e luta até agora realizadas no País. Nela se incorporaram milhares e milhares de operários, camponeses, empregados, donas de casa, reformados e jovens, que desfilaram durante cerca de quatro horas, desde o Marquês de Pombal até ao Terreiro do Paço.

Gritando várias palavras de ordem, nomeadamente "Não queremos aqui o FMI", "A luta continua, Barreto para a rua", "Em Portugal, Independência Nacional", "Avante, Avante pela Reforma Agrária", "O custo de vida aumenta, o povo não aguenta" e "CGTP, unidade sindical", os manifestantes, entre os quais se encontrava representada a juventude trabalhadora e estudantil, foram calorosamente aplaudidos pelas centenas de milhares de pessoas que se aglomeravam nos passeios, ao longo do desfile.

As intervenções do comício estiveram a cargo de Sertório Herrera, da USL, e de Artur Matias, da CIL. O primeiro sublinhou a dada altura que na nossa Pátria há forças e energias imensas para se sair da crise, para vencer as dificuldades e para prosseguir o regime

democrático. Por seu turno, Artur Matias declarou que tal como os nossos companheiros do Alentejo e Ribatejo que se lançaram na patriótica campanha das sementeiras (...), também os trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa e Setúbal estão dispostos (e serão capazes de o fazer) a participar com todo o sacrifício na defesa da economia nacional e a contribuir, com a força dos seus braços e das suas ideias, para a saída da crise, tendo em conta os interesses nacionais e os seus interesses de classe.

Durante a concentração houve também canto livre e poesia em que participaram José Jorge Leiria, Luísa Basto, Júlia Babo, Fernando Tordo, José Barata Moura, Paulo de Carvalho, Manuel Branco e José Carlos Ary dos Santos que leu um poema sobre a jornada de luta.

MAIS DE CEM MIL PESSOAS NAS RUAS DO PORTO

Mais de cem mil trabalhadores do Porto participaram, na última sexta-feira, numa das mais expressivas manifestações realizadas nesta cidade, demonstrando o seu empenho, unidade e determinação na defesa

da democracia e das conquistas de Abril. Apesar do frio e da chuva, uma enorme multidão correspondeu ao apelo de mais de 600 organizações e desceu às ruas da Baixa portuense.

A mobilização para a jornada enfrentou uma poderosa ofensiva repressiva da inteira responsabilidade da maioria dos vereadores da Câmara Municipal do Porto, que desenterraram posturas fascistas e provocaram a detenção de centenas de trabalhadores, de dirigentes, delegados e activistas sindicais e, ainda, de numerosos democratas.

No dia 18, a resposta das massas populares foi enorme. A alegria, a confiança e a serenidade estavam estampadas nos rostos das largas dezenas de milhares de pessoas concentradas na Praça do General Humberto Delgado, na Avenida dos Aliados e na Praça da Liberdade. Com ou sem agasalhos para enfrentar a intempérie, ali estavam jovens, homens e mulheres dispostos a afirmar a sua disposição de luta para vencer esta difícil curva do processo iniciado em 25 de Abril de 74.

A partir das 19 horas, o caudal de trabalhadores

para a "baixa" aumentava cada vez mais. Deslocando-se das suas empresas, o caminho que os levava à "baixa" era, para muitos dos manifestantes, longo mas firmemente vencido. Aos grupos, gritando as consignas da jornada, com confiança e determinação iam participar numa inesquecível demonstração de unidade. Os passeios da Avenida estavam completamente cheios. Aguardando o início do desfile, muitos milhares de trabalhadores já estavam alinhados ao longo daquela artéria, tendo à sua frente um enorme cartaz da Comissão Sindical e da CT da empresa metalúrgica "SEPSA".

Cerca das 19 e 30, a multidão recebeu entusiasticamente a saudação do Secretariado da CGTP-IN, gritando como o faria repetidas vezes: "CGTP-unidade sindical". Na sua mensagem, os dirigentes da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses recordavam que estes têm exigido e continuam a exigir a aplicação de uma política que sirva os seus interesses e os do País.

A unidade dos trabalhadores reforça-se todos os dias. Esta jornada é uma manifestação poderosa da unidade cada

vez mais forte dos trabalhadores e do movimento sindical, friso na sua intervenção Salgueiro Barros, membro do Secretariado da USP, pouco antes de se iniciar o desfile de mais de cem mil trabalhadores.

Pouco depois, iniciava-se o desfile dos manifestantes, à frente dos quais ia uma camioneta com bandeiras da Central Sindical dos Trabalhadores Portugueses e com palavras de ordem alusivas à jornada. A multidão começou a descer a Avenida dos Aliados, em direcção à Praça da Liberdade, para iniciar o desfile que a levaria pelas ruas 31 de Janeiro, Santa Catarina, Passos Manuel, para regressar de novo à Praça do General Humberto Delgado.

Quando o desfile de trabalhadores se completava toda a largura daquelas artérias a multidão avançava, indiferente à chuva e ao frio, gritando com entusiasmo, as palavras de ordem da manifestação. Para se avaliar a sua grandeza, refira-se que o desfile demorou cerca de três quartos de hora a passar e que, quando a "cabeça" chegava ao ponto de partida, ascendia a muitos milhares o número dos que aguardavam a sua vez para iniciar a manifestação.



Milhares de pessoas afirmam os p



A presença de numerosas representações de emp

Mocção aprovada no Terreiro do Paço

OS TRABALHADORES PORTUGUESES PROCLAMAM:

Centenas de milhares de pessoas dos distritos de Lisboa e de Setúbal reunidos no Terreiro do Paço, após a grandiosa manifestação realizada na cidade de Lisboa, no dia 19 de Dezembro de 1977.

Considerando

que a política do actual Governo se tem traduzido por um aumento brutal do custo de vida, pelo bloqueamento dos salários e das pensões, pela subida vertiginosa dos impostos, principalmente daqueles que atingem as classes trabalhadoras, pelo aumento dos despedimentos e do desemprego, pelo recurso à repressão,

Considerando

que o actual Governo tem actuado em permanente ofensiva contra as grandes conquistas da Revolução Portuguesa, nomeadamente através da entrega de empresas intervenionadas aos antigos patrões sabotadores ou mesmo a criminosos, através da retirada das melhores terras das UCPs e das Cooperativas para as dar aos antigos agrários e pela criação de dificuldades à reestruturação e consolidação das empresas nacionalizadas;

Considerando

que o prosseguimento da política dos pacotes, nomeadamente a ameaça de um 3.º pacote reflectindo as exigências do Fundo Monetário Internacional, apenas representaria mais despedimentos e desemprego, quebra de produção, agravamento acelerado de todos os problemas nacionais, aproximando o País do colapso e da humilhação nacional perante o imperialismo;

Considerando

que o actual Governo através de uma política de subordinação aos interesses do grande capital e dos agrários, através de uma política de despedimentos e perseguições aos trabalhadores, através da publicação de leis que liquidam direitos constitucionais, através das suas contínuas e sempre crescentes cedências

à reacção interna ao imperialismo, está a facilitar a actuação golpista e desestabilizadora das forças da direita reaccionária;

Considerando

que o fascismo e todas as forças reaccionárias se lançam abertamente ao ataque contra o regime democrático e suas instituições, desafiam a própria Constituição e actuam para a restauração do capitalismo monopolista e o regresso ao passado fascista;

Os trabalhadores reunidos nesta grandiosa manifestação, interpretando as aspirações dos trabalhadores portugueses,

Reclamam,

Uma mudança da política em curso que ponha um travão ao aumento escandaloso do custo de vida, que acabe com a repressão governamental e patronal, que ponha fim aos despedimentos, que elimine rapidamente o desemprego, e que melhore as condições de vida, principalmente dos sectores mais desfavorecidos do povo português;

Uma mudança da política em curso, de forma que sejam defendidas e consolidadas as grandes conquistas da Revolução (Reforma Agrária, nacionalizações, empresas intervenionadas e em autogestão), que seja respeitada a Constituição e garantidos os direitos dos trabalhadores;

Uma mudança de política de forma que sejam satisfeitos não só os interesses dos trabalhadores, mas também de outras camadas desfavorecidas da população, nomeadamente pequenos agricultores, industriais e comerciantes;

Uma mudança de política que ponha fim às crescentes actividades de grupos fascistas que colocam em perigo a democracia portuguesa;

Uma mudança de política que defenda a Independência Nacional perante a ingerência cada vez maior do imperialismo.

Nestas Condições

A recuperação económica do País é possível, com um grande esforço nacional que empenhe decisivamente os trabalhadores e aproveite as suas contribuições criadoras já demonstradas em numerosas empresas e mobilize todas as camadas antimonopolistas que não querem o regresso ao passado fascista de exploração e opressão, e que constituem a maioria esmagadora do Povo Português.

Os interesses dos trabalhadores identificam-se com os mais profundos interesses nacionais consagrados na Constituição. A unidade de todas as forças patrióticas com os trabalhadores é o caminho para sair das dificuldades actuais. Os trabalhadores e as suas organizações de classe, têm um papel determinante a desempenhar para vencer a crise, e garantir o prosseguimento do regime democrático para as metas da libertação e progresso social previstas na Constituição.

Nestas condições, os trabalhadores portugueses proclamam:

O prosseguimento do regime democrático, a defesa da Constituição, a vitória sobre as manobras e conspirações reaccionárias, uma solução democrática para a crise, só são possíveis com os trabalhadores.

Qualquer pretensão de sair da crise ignorando os trabalhadores e contra eles apenas comprometerá o regime democrático, a recuperação económica, a independência nacional e o cumprimento da Constituição da República Portuguesa.

Lisboa, 19 de Novembro de 1977.

MANIFESTAM-SE CONTRA A POLÍTICA DO GOVERNO



Foto de José Delgado durante a manifestação do Porto



Manifestação do Porto a vontade dos trabalhadores



Este foi um dos aspectos mais significativos da jornada do dia 18



A multidão que desceu a Avenida da Liberdade



Uma palavra de ordem sentida por todos os trabalhadores



Quase todas as empresas estiveram representadas

Lisboa

NOTA DA DORN DO PCP

A realidade da manifestação fascista

1 A manifestação de hoje na cidade do Porto ostentou desde a sua preparação todo o seu carácter provocatório, antidemocrático e autenticamente fascista, para o qual a DORN alertou a população e os trabalhadores do Porto.

Os acontecimentos de hoje à tarde provaram à sociedade a justeza da nossa análise.

2 Ainda antes do início oficial da manifestação, chegou uma carrinha Peugeot azul, de matrícula OR-81-29, carregada de matracas que o condutor exibiu publicamente — seriam 13.15 H. — na Rua Ramalho Ortigão. Na Praça Humberto Delgado concentraram-se grupos de choque capitaneados por um indivíduo forte e gordo, identificado por um medalhão grande redondo e por um capacete preto de motorizada. Este indivíduo chefiava inicialmente dois grupos de cerca de três dezenas de homens, todos eles de blusão negro, que distribuiu pela zona. Galhofava serenamente com alguns elementos da PSP que ali estacionavam.

Posteriormente, na zona inferior da Avenida, apareceu um grupo caracterizado pelo uso de capacete integral branco de motorizada, geralmente jovens, que se destacaram na chefia das acções fascistas de assalto. Este grupo que chegou a comandar cerca de 200 pessoas, foi infamemente aplaudido pelos promotores e assistentes da manifestação quando se dirigiu para as sedes do MDP e da LCI para as assaltar. Voltou depois vitorioso e cantando o hino da organização fascista Mocidade Portuguesa.

Nestes bandos de assassinos e criminosos misturavam-se "meninos bem" com marginais, drogados, uma escória mercenária de assassinos reais ou potenciais.

3 Cronometricamente sincronizado com o início da manifestação, o rebentamento de um engenho explosivo precisamente na Rua Rodrigues Sampaio e, mais tarde, outro no viaduto de Gonçalo Cristóvão, fizeram parte do cenário destinado a tentar generalizar a histeria anticomunista, de provocação e de crime.

O espantoso e miserável e covarde de alguns transeuntes, os assaltos à sede da LCI, à sede do MDP, o sistemático ódio à cultura revelado no assalto à livraria "Avante!" com a queima de livros, foram obra daqueles grupos. Revelaram o carácter profundamente antidemocrático, anticonstitucional e criminosos dos seus autores e dos seus promotores.

Estes assaltos não foram impedidos por uma acção policial enérgica e preventiva que se impunha e que era inteiramente previsível.

4 Concentrados nas sedes das suas organizações de classe, os trabalhadores mantiveram um elevado espírito de combatividade e de serena confiança. Recusando cair na armadilha e na ostensiva provocação, dentro dos seus centros de trabalho, muitas e muitas centenas de militantes comunistas criaram as condições para impedir qualquer tentativa de assalto e, se necessário, dar uma lição aos bandos fascistas.

A PSP foi explicitamente prevenida da nossa disposição e das consequências possíveis de qualquer confronto.

5 O conteúdo subversivo, anticonstitucional e fascista da manifestação ao coronel Pires Veloso não se revelou apenas nas acções terroristas dos grupos mercenários fascistas. As palavras de ordem caracterizando Pires Veloso como "homem forte", os cartazes que tornavam pública uma campanha eleitoral visando levar "Pires Veloso à Presidência da República", os gritos contra a legalidade democrática, os apelos anticomunistas, etc. — mostram que as forças da direita reaccionária, cada vez mais isoladas e impotentes, se marginalizam do quadro constitucional e recorrem abertamente à conspiração, ao terrorismo e à violência para tentar impor uma solução fascizante, golpista, à grave crise política nacional.

Insistimos em que o apoio e a visível participação na tribuna de alguns socialistas — o conservador Araújo Correia, o traidor (denunciante na PIDE de companheiros de luta) Alfredo Ângelo de Magalhães, o reaccionário Sérgio Mourão — não revela senão a gravidade da crise que o PS atravessa. Os comunistas não os confundirão com verdadeiros socialistas.

6 A DORN alerta vivamente para as manifestações que a CAP está a preparar em várias localidades para o próximo dia 25 de Novembro e que apontam igualmente para manifestações de violência com a acção de grupos fascistas e terroristas.

7 Ontem mais de 100 mil trabalhadores, apenas do distrito do Porto, ao apelo de mais de 600 das suas organizações, desceram à rua para defender os seus direitos e o futuro democrático de Portugal.

Esta grandiosa manifestação do Porto deitou por terra a tentativa de identificar as populações do Norte com os reaccionários de todos os matizes. Ela obrigou as forças da direita a uma dispendiosa mobilização de todos os seus recursos, à escala nacional para contrapor, sem êxito, à manifestação dos trabalhadores do distrito.

Também hoje, em Lisboa, centenas de milhares de trabalhadores, igualmente coesos e firmes manifestaram a mesma vontade decidida.

Nenhum incidente, nenhum apelo à violência, nenhuma provocação.

O contraste entre uma manifestação nacional fascista, antidemocrática, anticonstitucional e antinacional e as poderosas manifestações dos trabalhadores do Porto e de Lisboa, constituem uma enormíssima derrota das forças da direita reaccionária.

A reacção não passará!

Viva Portugal livre, independente e democrático!

19 de Novembro de 1977

A Direcção da Organização Regional do Norte do Partido Comunista Português



Segunda-feira, a livraria «Avante!» abriu



O TRABALHO E A SOLIDARIEDADE RECONSTRUÍRAM EM 24 HORAS A LIVRARIA «AVANTE!» DO PORTO ASSALTADA PELOS BANDOS FASCISTAS

Munidos de moccas, matracas, barras de ferro e pedras, cerca de duas centenas de bandoleiros fascistas, alguns com capacetes integrais vermelhos e brancos, assaltaram e pilharam as instalações da Livraria «Avante!», no Porto, na sequência da «homenagem» ao coronel Pires Veloso. Os prejuízos causados estão avaliados em duzentos contos.

Graças à enorme solidariedade, pronta e firmemente manifestada por centenas e centenas de trabalhadores, tal como já havia sucedido na sequência do atentado bombista de 21 de Outubro de 75, da autoria de Ramiro Moreira, aquela popular livraria da Central Distribuidora Livreira reabriu ao público na última segunda-feira, como habitualmente.

ASSALTO E AUTO-DE-FÉ

No sábado à tarde, a camarada Fernanda Carvalho, funcionária da Livraria, pensava ir até lá trabalhar um pouco. Todavia, como estava a processar-se o êxodo dos indivíduos que participaram na provocação fascista, decidiu aguardar um pouco para evitar problemas. Assistiu a parte dos actos de vandalismo praticados por aquele grupo de fascistas. Recorda os primeiros momentos do atentado: «Eram cerca de duzentos. Cantavam o hino da ex-Mocidade Portuguesa, traziam matracas, moccas, barras de ferro, pedras e paus. Faziam a saudação nazi. À frente, vinha um indivíduo a comandar que, tal como alguns outros, tinha na cabeça um capacete integral vermelho. O primeiro a atacar usava uma mocca nova. Começou a bater, logo seguido por outros, numa das portadas. Outro grupo começou a fazer o mesmo nas outras duas portadas. Quando partiram o primeiro vidro fizeram uma enorme gritaria».

Verificando a não comparência no local das autoridades para porem termo à tentativa de assalto, a nossa camarada decidiu dirigir-se à Praça Filipa de Lencastre. Ali estavam estacionadas duas carrinhas somente com os respectivos motoristas, pelo que se dirigiu ao sinaleiro que estava a regular o trânsito, junto da garagem do «Comércio do Porto». Relatou-lhe o que estava a verificar-se, a poucos metros de distância, assim como a um batedor da secção de trânsito da PSP que entretanto chegara.

«Mesmo assim, acrescentou, decidi ir à Livraria dos Aliados avisar mais

agentes da autoridade. Junto do Banco Pinto e Sottomayor, identifiquei-me como funcionária da Livraria a um graduado da PSP, informando-o de que se estava a verificar o assalto.

os vândalos conseguiram arrombar as portadas de ferro, penetrar no interior das instalações, destruir numerosos livros, estragar o gira-discos, a máquina registadora, o balcão, as

nenhum dos vândalos. Pouco depois, chegavam duas carrinhas da PSP que limpavam a rua.

SOLIDARIEDADE POPULAR

Cerca das 9 horas de domingo, iniciavam-se os trabalhos para a remoção dos destroços e reparação dos elevados estragos, avaliados em cerca de duzentos contos. Desde o início, os camaradas encarregados da tarefa sentiram, de uma forma viva e concreta, solidariedade popular que continua a ser manifestada.

Para a livraria convergiram marceneiros que ajudaram a reparar as estantes e o balcão. Muitos outros amigos e camaradas removiam os bocados de vidros espalhados pelo chão, enquanto outros recolhiam e arrumavam os livros. Além disso, eram levados para ali materiais indispensáveis ao bom andamento dos trabalhos, desde panos, a escadas, um aspirador, etc.

madrugada do dia 21 de Outubro de 1975. O objectivo que a todos unia era: garantir o funcionamento da livraria no dia seguinte e o lançamento de uma campanha de solidariedade que cobrisse os prejuízos.

Numa caixa, colocada no exterior da Livraria, populares anónimos entregavam dinheiro que, no fim do dia, atingia mais de 11 contos. De sublinhar o facto de ali haver também duas notas de cem pesetas e numerosos trabalhadores terem manifestado a sua intenção de dar todo o apoio a uma recolha de fundos a realizar nas empresas e noutros locais.

Não obstante ser dia de descanso, quer quatro trabalhadores vidreiros, quer serralheiros prontificaram-se a reparar os estragos causados pelos discos. Depois de terem cortado os vidros necessários, aqueles operários regressaram, cerca das 18,30 horas, às suas residências com a alegria de terem dado o seu apoio para a reabertura daquele centro difusor de cultura, na

constante afluência de populares que não só vinham testemunhar os danos, como o labor para os reparar. Nos seus rostos e nas suas palavras, dois sentimentos só aparentemente contraditórios. Por um lado, a revolta pela depredação e impunidade dos seus autores; por outro, a alegria de verificarem o entusiasmo e o empenho posto na reconstrução. Trauteando canções progressistas, transmitidas pelo gira-discos (acabado de reparar por um electricista) os populares gritavam, cerca de 18,30 horas: «Assim é que é, a livraria já está de pé!»

Na segunda-feira, milhares de pessoas estacionaram defronte da montra da livraria para observarem uma pequena amostra da barbárie fascista, ali representada por alguns livros queimados e destruídos, assim como por alguns objectos (barras de ferro, paus, pedras) abandonados pelos arruaceiros. Muitos foram aqueles que deixaram na «caixa de papelão» a expressão da sua

Casqueiro estava a ver...

Manuel Casqueiro, já se vê, esteve na manifestação reaccionária do Porto. Berrou certamente, vociferou sem dúvida, mas além disso, dando uma correcta imagem do seu retrato de caceteiro-mor, assistiu, de sorriso nos lábios, espedado no passelo em frente, ao assalto das quadrilhas fascistas à livraria «Avante!».

Agradou-lhe sem dúvida ver aquele miserável ensaio de que gostaria de ver reflectido aqui e ali: o fascismo à solta, os livros queimados, as obras de arte destruídas, o ódio miserável do passado estrebuchando contra tudo e todos que irresistivelmente dizem a quantos casqueiros vêm, espancam ou incendeiam — a reacção não passou, a reacção não passará!

Ao regressar à Rua de Avis, a nossa interlocutora já ali encontrou uma força policial que cortava os acessos à artéria, conseguindo passar

estantes e numerosos objectos que ali se encontravam.

Na rua, ardia uma pilha de livros e outros materiais que estavam na Livraria e de lá



Um flagrante do assalto à sede da LCI: pelo menos seis dos indivíduos exibem matracas e chicotes de aço, além dos capacetes

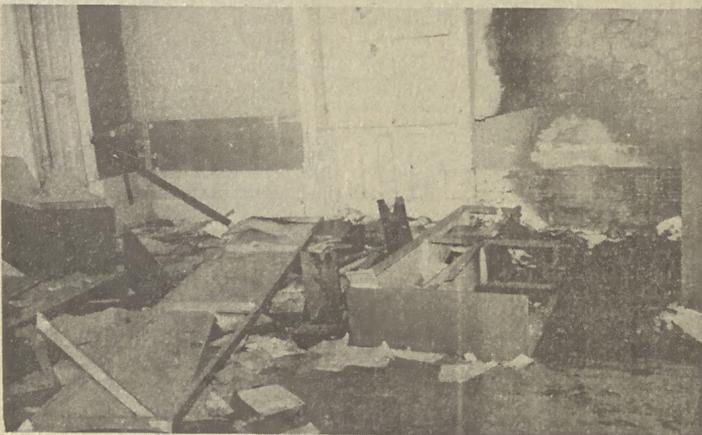
o cordão depois de se identificar. Entretanto, de acordo com informações que lhe foram dadas por um amigo que ali presenciara na sua ausência os acontecimentos,

foram retirados pelos fascistas que, ao sentirem a chegada de um carro patrulha, fugiram! Os agentes da autoridade ainda dispararam três tiros para o ar, não conseguindo agarrar

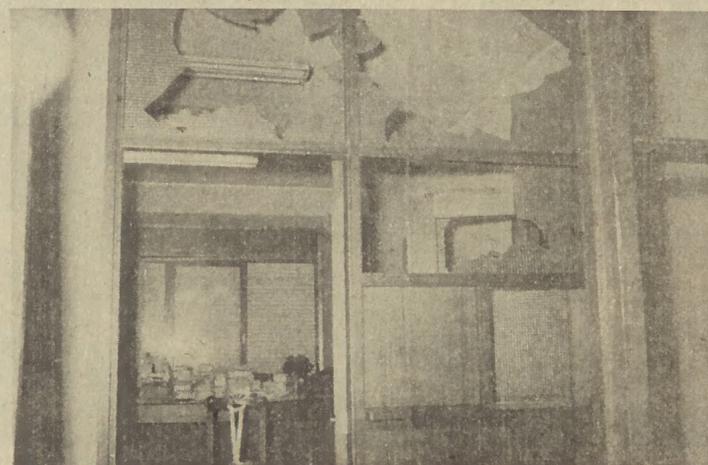
Repetia-se naquela manhã de domingo, a mesma onda de solidariedade e apoio que já havia sido revelada após o lançamento de um cocktail molotov, pelas 6 horas da

segunda-feira. Entretanto, mais difícil, prosseguia o trabalho de reparação das portadas que ficaram seriamente danificadas. Ao longo do dia, era

solidariedade, dando continuidade a uma cadeia que só terminará, estamos certos, quando for alcançada a verba necessária para cobrir os elevados prejuízos sofridos.



Resultados do assalto à sede da LCI. Repare-se, à direita, nos vestígios deixados pelas chamas ateadas pelos fascistas e que só não se propagaram a todo o edifício graças à intervenção dos bombeiros que os assaltantes ainda tentaram dificultar



Na sede do MDP os danos foram também bastante elevados

Depois da provocação descansa-se na sede do PPD!

As provocações e manobras dos bandos fascistas nos últimos tempos na capital do Norte não se limitaram aos assaltos e destruições de sábado. Por exemplo, verificando que a famigerada portaria fascista (de 1933) que a maioria reaccionária da Câmara do Porto ressuscitou para tentar impedir a propaganda não desmobilizava as centenas de trabalhadores que participaram na divulgação da manifestação da Inter, de sexta-feira, na madrugada do dia 15, nas imediações da Ponte da Arrábida, um grupo de provocadores transportados numa carrinha e em onze automóveis ameaçou cidadãos que colavam cartazes, com matracas, chicotes de aço e pistolas, e rasgou propaganda. Posteriormente, uma parte do grupo dos caceteiros retirou-se para a sede do PPD, na Rua Guerra Junqueiro, em viaturas de que foram detectadas as seguintes matrículas: GO-74-03; HM-61-34; BE-13-35, OR-87-71 e MN-60-30.

Domingo passado, no Centro Vitória

ENCONTRO NACIONAL DE QUADROS SOBRE COMISSÕES DE MORADORES

O balanço da actividade desenvolvida na importante frente de trabalho popular que são as Comissões de Moradores e a definição de uma orientação geral para os comunistas que nelas trabalham, preencheram os trabalhos de um encontro realizado no passado domingo no Centro de Trabalho Vitória, que contou com a participação de cerca de uma centena de camaradas de todos os pontos do país.

O encontro, presidido pelos camaradas Carlos Costa, do Secretariado e da Comissão Política do CC; José Bernardino, do CC; Osvaldo de Castro, suplente do CC e membro da DOROR; Manuel Fernandes, da DORL; José Cavaco, da DORS; António Casmarinha, suplente do CC e membro da DORA e Luis Sá, da Comissão de Autarquias junto do CC, saldou-se por uma rica troca de experiências

de trabalho desenvolvido nesta frente a nível nacional, que importa continuar a desenvolver e a reforçar.

Num breve apontamento retrospectivo recordou-se que as Comissões de Moradores surgiram após o 25 de Abril como estruturas que deveriam corresponder à necessidade de organização e mobilização popular para a resolução das graves carências legadas pelo

fascismo, vindo mais tarde muitas delas a serem desviadas dos seus reais objectivos pela propagação de conceitos esquerdistas que pretendiam opor aquelas organizações populares às autarquias locais e impedir a sua colaboração. Apontando para objectivos demasiado ambiciosos, semeando ilusões irrealistas entre a população, a influência esquerdista viria a ser a principal responsável

pela posterior desmobilização que a certa altura se verificou (e ainda se verifica) em muitas Comissões de Moradores.

Não se pode subestimar, por outro lado, as tentativas que forças reacçãoárias e conservadoras frequentemente têm realizado para procurar "regularizar" a actividade das C. Moradores de modo a dificultar a sua criação, a burocratizar a sua actuação, fazer depender o exercício dos seus direitos legais e constitucionais de decisões arbitrárias de autoridades administrativas, impedir a sua participação na administração local. E tudo isto porque, importa sublinhar, aquelas forças se vêem cada vez mais incapazes de impedir a organização e a luta das populações na resolução dos seus problemas.

PONTOS A ESCLARECER

Para desfazer mal entendidos, viu-se a necessidade de divulgar algumas questões relacionadas com a formação das Comissões de Moradores, os seus direitos e o modo como se podem fazer representar.

Em relação à definição das regras eleitorais, elas estão no essencial previstas na Constituição. Devem ser eleitas por voto secreto das Assembleias de Moradores, que as podem destituir em qualquer altura. A Assembleia de Moradores é composta por seu voto pelos residentes na área abrangida pela C. Moradores inscritos no recenseamento da freguesia e pelos não inscritos maiores de 16 anos que façam prova documental da sua qualidade de residentes.

No que se refere a certas

ideias, lamentavelmente difundidas em muitos casos por entidades oficiais, de que as Comissões de Moradores se devem "legalizar", ter estatutos e sócios, transformando-se em Associações, é necessário esclarecer que tais ideias são erradas pois as C. Moradores representam os interesses dos residentes na sua área e tem os seus diversificados objectivos, enquanto as Associações de Moradores só representam os seus associados e têm um fim específico, pelo menos do ponto de vista legal, que é o indicado nos seus estatutos.

Torna-se assim claro que as Comissões de Moradores não têm qualquer vantagem em se transformarem em Associações de Moradores, pois desta forma deixam de poder exercer os direitos que a Constituição confere às organizações populares de base territorial. Por outro lado, tal transformação também não se justifica na medida em que aquelas duas formas de organização de moradores podem perfeitamente coexistir.

OS DIREITOS DAS COMISSÕES

Mas quais são os direitos das Comissões de Moradores? Para além de representarem os moradores e poderem lutar pela resolução dos seus mais diversos problemas (habitação, actividades desportivas, culturais, melhoramentos locais, etc.), são os interlocutores preferenciais entre estes e as autarquias, as quais nelas podem delegar tarefas administrativas que não envolvam o exercício de poderes de autoridade (realização de obras, gestão de creches, etc.).

Por outro lado, as Comissões de Moradores têm o direito de participar, sem voto, nas Assembleias de Freguesia, através dos seus

representantes, devidamente credenciados.

As Comissões de Moradores não são as Juntas ou Câmaras que passam credenciais aos representantes das Comissões de Moradores, mas sim as próprias Comissões, como aliás ficou esclarecido durante a votação da lei das Atribuições e Competências das Autarquias Locais.

As Comissões de Moradores terão também assento nos Conselhos Municipais, organismo consultivo previsto na nova lei, que se deverá pronunciar sobre as questões mais importantes da administração municipal.

Estas foram algumas das principais questões debatidas no encontro de quadros promovido pelo nosso Partido, que não deixou de realçar como as Comissões de Moradores se revigoraram a partir das eleições para os órgãos de poder local, o que ilustra de forma elucidativa a estreita ligação existente entre estas duas frentes de trabalho.

Dedicar a máxima atenção à mobilização das Comissões de Moradores, cujo carácter unitário importa defender, deverá ser uma tarefa de toda a organização do Partido. Só com a compreensão desta necessidade e da importância desta frente de trabalho se poderá conseguir que as Comissões de Moradores assumam o seu verdadeiro papel na defesa dos mais profundos interesses da população.

REUNIÃO NO DOMINGO

Realiza-se no próximo domingo, no Centro de Trabalho Vitória, um encontro de quadros do Partido ligados ao trabalho nas autarquias e Comissões de Moradores do concelho de Lisboa. Os trabalhos, que se iniciarão às 10 horas, prolongar-se-ão por todo o dia.



Um aspecto da reunião em Torres Vedras

CONCELHOS DO NORTE DE LISBOA FAZEM BALANÇO DA ACTIVIDADE NAS AUTARQUIAS LOCAIS

O Organismo dos Concelhos do Norte (OCN) da Organização Regional de Lisboa do PCP levou a efeito na Sociedade Recreativa Operária de Torres Vedras o 1.º Encontro de Quadros para o trabalho nas autarquias locais.

O Encontro, em que participaram os concelhos de Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Cadaval, Lourinhã, Mafra, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras, fez um balanço do trabalho realizado pelo PCP nas respectivas autarquias, debateu problemas de organização e analisou a situação existente em cada autarquia. Fez ainda parte da ordem de trabalhos o debate das questões relacionadas com a nova legislação sobre Atribuição e Competências, assim como o trabalho unitário desenvolvido a nível da FEPU.

A primeira parte do Encontro foi totalmente preenchida pelo debate de questões ligadas à organização do Partido nesta frente de trabalho, tendo sido dado especial relevo às deficiências actuais e quais as melhores formas de as corrigir. Assim, os participantes, cerca de duas centenas, pronunciaram-se pela organização de cursos ou debates especializados sobre

temas determinados, como meio de melhorarem os seus conhecimentos sobre as questões autárquicas e melhor poderem defender os interesses populares. Insistiu-se, por outro lado, na necessidade de reforçar o trabalho de divulgação dos problemas que mais afectam a população, bem como a denúncia dos boicotes e outras acções contra os interesses populares desenvolvidos por responsáveis autárquicos e o próprio funcionamento dos respectivos órgãos, nomeadamente através das folhas FEPU.

O trabalho unitário que tem caracterizado a actuação da FEPU deverá prosseguir e mesmo ser reforçado, apontando-se para que as comemorações do primeiro aniversário das eleições para as autarquias locais sejam enquadradas dentro desta perspectiva unitária.

Quanto ao segundo ponto da ordem de trabalhos, a actual situação nos órgãos autárquicos, foram denunciadas as deficiências no funcionamento das Assembleias Municipais, que resultam essencialmente da tentativa de diminuir a importância destes órgãos, por parte do PPD, PS e CDS. Malgrado as dificuldades,

pensa-se que o problema poderá vir a ser minimizado e mesmo ultrapassado com a mobilização da população para as sessões, o que já acontece por exemplo nas Assembleias Municipais de Torres Vedras e Alenquer.

Em relação às Câmaras Municipais salientam-se as tendências presidencialistas da maioria delas, em clara oposição ao funcionamento que deveria presidir a um órgão colegial como é a Câmara. De sublinhar a importância dedicada à necessidade de nomeação de vereadores a tempo inteiro e às vantagens da distribuição de pelouros como forma de reforço do trabalho colegial, indispensável para uma autêntica descentralização de competências, que aliás a lei prevê.

Mas de todos os órgãos, é ao nível das Assembleias de Freguesia que a irregularidade de funcionamento é maior. As responsabilidades dos eleitos da FEPU neste campo não devem ser descuradas, dado que, dispondo de um terço dos elementos em 21 freguesias, pode recorrer à convocação extraordinária das Assembleias. Quanto às Juntas de Freguesia, há que desenvolver esforços para que deixem de se limitar ao expediente burocrático, pois se é certo que algumas o fazem por falta de verbas que lhes permitam solucionar os problemas que lhes são postos, a verdade é que outras se refugiam na burocracia por recusarem o contacto com as populações.

Após uma extensa análise das novas questões que a lei das Atribuições e Competências (que amanhã entra em vigor) vem colocar às autarquias, os participantes neste Encontro sublinharam a necessidade imperiosa da aprovação da lei das Finanças Locais que continua em discussão na Comissão Parlamentar respectiva da Assembleia da República, quando já foram largamente ultrapassadas as datas fixadas para a sua saída (primeiro, 31 de Março e, depois, 31 de Agosto). Contra esta estranha "greve de zelo" do Governo se deverão levantar os democratas responsáveis nos órgãos autárquicos pois como é sabido (e nisso parece todos estarem de acordo) não pode haver verdadeira autonomia e descentralização enquanto os órgãos de poder local continuarem completamente dependentes, do ponto de vista financeiro, dos favores do poder central.

Este primeiro Encontro dos concelhos do norte do distrito de Lisboa, a que certamente outros se seguirão, representa sem dúvida mais um importante contributo para a defesa de uma gestão democrática nos órgãos de poder local.

15 MIL FAMÍLIAS NA RUA SE OS DECRETOS 293-4/77 NÃO FOREM ALTERADOS

Moradores de Lisboa ameaçados de virem a ficar sem casa reuniram-se na passada semana no Teatro Vasco Santana para um balanço da actividade desenvolvida pela Comissão de Luta contra os despejos e definição de formas de luta a desenvolver.

O plenário, que contou com a participação de cerca de duas centenas de ocupantes, 50 comissões de moradores, quatro cooperativas de habitação e membros de Juntas e Assembleias de Freguesia, pronunciou-se pela necessidade de se insistir no cumprimento da moção aprovada na última sessão pública da Câmara Municipal de Lisboa em que se pede a anistia para as ocupações verificadas após 14 de Abril de 1975.

Recordando que, através do parecer favorável da Assembleia Municipal de Lisboa, o Governo prorrogou por mais 90 dias o prazo para a legalização das ocupações, a Comissão de Luta manifestou a sua esperança de que também desta vez o Conselho de Ministros não deixe de emitir parecer favorável sobre o voto da CML em que se pede a anistia, tanto mais que é sabido que, no caso de se concretizarem os despejos, as pessoas ficarão no meio da rua sem qualquer espécie de alojamento.

Com efeito, salientou aquela comissão, terminado o prazo, no próximo dia 18 de Dezembro, e caso os decretos não tenham sido alterados, os "ocupantes" das 15 mil habitações

devolutas - muitas delas há dezenas de anos - poderão ser "despejados", visto que contra eles serão imediatamente pressuostas acções-crime. O que seria recuar para uma situação vergonhosa, sublinharam.

A Comissão de Luta contra os despejos revelou ainda que continuam infrutíferas as tentativas feitas para a realização de um encontro com o ministro da Justiça, a quem pretende apresentar um projecto de lei de alteração ao que actualmente vigora e que foi prorrogado na sequência da luta desenvolvida.

A necessidade de se continuar a tentar conseguir a entrevista com o titular da pasta da Justiça viria a ser ratificada pelos interessados, plenamente conscientes de que se os Decretos 293 e 294/77 não vierem a ser anulados quando se chegar ao fim da prorrogação estarão todos de novo na mesma situação de angústia.

QUEM QUER SABOTAR A LUTA PELO DIREITO À HABITAÇÃO?

Durante as dezenas de intervenções que se

sucederam durante o plenário ficou bem patente o apoio dos "ocupantes" ao trabalho desenvolvido pela Comissão de Luta, organismo democraticamente eleito durante o primeiro plenário realizado no Vasco Santana e que os interessados reconhecem como seu legítimo representante.

Não deixa por isso de se considerar pelo menos estranho o facto de, durante os trabalhos, ter sido apresentada uma proposta onde, para além de se expressarem posições aventureiristas, se propunha a substituição gradual de todos os elementos da Comissão de Luta que não são "ocupantes". Rejeitada por esmagadora maioria (recolheu apenas 27 votos a favor), a proposta viria a ser denunciada pelos participantes do plenário como uma tentativa encapotada para sabotar a correcção da luta que se vem travando e para excluir as Comissões de Moradores de todo este processo.

A proposta foi tanto mais despropositada (para não lhe chamar outra coisa...) quanto é certo que durante as intervenções foi várias vezes focada a necessidade de alargar ao máximo a base de apoio para esta luta que não é só dos chamados ocupantes. Como foi acentuado, as ameaças que hoje caem sobre os "ocupantes" podem cair - estão a cair - sobre toda a população. É velho como o mundo que a união faz a força. Quem quer isolar os que lutam pelo direito à habitação?

Câmara de Vila do Conde contra a Constituição

A Câmara Municipal de Vila do Conde tem vindo sistematicamente a mandar retirar cartazes e placas quer do nosso Partido quer do Movimento Sindical, violando assim impunemente o direito à liberdade de expressão consignado na Constituição.

No comunicado divulgado a propósito pela Comissão Concelhia de Vila do Conde do PCP, denuncia-se a escalada repressiva ordenada pela Câmara, à medida que se intensificam as actividades fascistas no nosso País, como foi o caso do novo atentado terrorista contra o Café Nacional daquela localidade.

Salientando o carácter concertadamente nacional desta ofensiva antidemocrática, com a crescente utilização das forças policiais em missões repressivas e intimidatórias, a Comissão Concelhia alerta todos os democratas para as manobras repressivas contra as liberdades que estão a acontecer em Vila do Conde, reafirmando a sua disposição de defender intransigentemente a legalidade democrática e constitucional.

Da estrada ao Centro Cultural

A Comissão de Moradores de Palheiros - Ponte do Vau (Portimão), concluiu em Dezembro de 1976 a estrada dos Palheiros, que liga aquela povoação à estrada de Monchique. A obra, orçada em cerca de 500 contos, foi em grande parte financiada pela população dos Palheiros.

Demonstrando que a sua capacidade de trabalho



As Câmaras Municipais dominadas pelos caciques fascistas nem consentiam às populações periféricas a distribuição de água potável. Também era assim na CABEÇA DO MOCHO, zona de habitação degradada, cuja Comissão de Moradores não se ficou pela satisfação deste necessário básico: arrancou em Portimão com o processo SAAL

e iniciativa não se ficou pela estrada, a Comissão de Moradores lança-se agora na construção de um Centro Cultural, que vai ficar situado na Ponte do Vau.

Dos contactos havidos com a Câmara Municipal de Portimão, a Comissão de Moradores recebeu do respectivo presidente a promessa de um subsídio de 50 contos em material, bem como a execução do projecto.

O trabalho voluntário, esse, já está assegurado.

Perguntas que chegam de Vale de Cambra. Quem responde?

Segundo um comunicado da FEPU de Vale de Cambra (Aveiro), a última sessão da Assembleia de Freguesia de Vila Chã foi, como parece já ser hábito, mais uma sessão estéril e pouco dignificante. Entretanto, enquanto os responsáveis (?) autárquicos se multiplicam em ameaças ao representante da FEPU e aproveitam as sessões para a «lavagem da roupa suja», os problemas com que se debatem as populações ficam à espera.

A FEPU lembra alguns dos mais prementes e interroga-se:

— O que se passou com o caminho do Corgo, obra aprovada em 1976, na vigência da ex-Comissão Administrativa, cujos trabalhos foram logo iniciados, vindo depois a ser interrompidos com a entrada em funções da actual Câmara? De salientar que a população não só contribuiu com muitas horas de trabalho para esta obra como está inclusivamente disposta a ajudar financeiramente para a sua conclusão;

— Por que razão não foram aceites as casas pré-fabricadas conseguidas pela Comissão Administrativa e oferecidas ao concelho para o alojamento das famílias mais necessitadas? Não foi certamente por falta de terreno, pois o presidente da Assembleia de Freguesia de Arões indicou um local que veio a ser rejeitado sem qualquer razão plausível...

— Por que é que a estrada de Teamonde, cujos trabalhos foram iniciados antes do 25 de Abril de 1974 e posteriormente prosseguidos pela Comissão Administrativa, foram interrompidos com a entrada em funções da nova Câmara?

— Para quando o infantário da vila, de que nunca mais se ouviu falar?

— Para quando a estação de tratamento de esgotos para que a rede já montada possa funcionar, em vez de se estar a obstruir por falta de utilização?

Quantas perguntas não haveria a fazer à Câmara de Aveiro, que em vez de se preocupar em resolver estas e muitas outras questões prefere gastar o seu tempo promovendo campanhas de arranque de cartazes...

Ocupante absolvido

A decisão justa e vertical do 4.º Juízo Correccional de Lisboa absolveu um morador "ocupante" no final de um processo movido pelo proprietário da casa ocupada, foi saudada pela Assembleia de Freguesia da Encarnação com a aprovação de uma moção de regozijo por tal medida.

A absolvição justificou-se plenamente após se ter provado que a referida casa estava desabitada desde 1970, explicando-se desta forma que a Junta de Freguesia, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 198-A/75, procedesse à ocupação da mesma, como devoluta e não declarada, entregando-a posteriormente ao morador agora absolvido.

O Tribunal, que considerou ilícita a ocupação absolveu igualmente membros da Junta e da Comissão de Moradores da freguesia que eram também arguidos no mesmo processo.

«25 de Abril» é nome que incomoda

Em Oliveira de Azeméis o nome da «Avenida 25 de Abril» incomoda muito a reacção. Data de má memória (para ela), que não se conforma que após aquele dia o nome dos fascistas tenha desaparecido (quase) das ruas deste País. Vai daí, elementos do PPD/PSD e da CDS resolveram fazer um abaixo-assinado propondo a alteração dos nomes das ruas de que foram retirados aqueles outros símbolos da exploração e da repressão. Os resultados não foram famosos: de uma população eleitoral de 36 mil pessoas recolheram 1300 adesões.

Certamente convencidos que com os abaixo-assinados nada conseguiriam, um grupo de arruaceiros decidiu arrancar a placa da «Avenida 25 de Abril».

Curiosamente, o facto ocorreu cerca da meia-noite do dia em que o CDS promoveu uma reunião naquela vila. Curiosamente também a referida avenida é a mesma onde se situa a sede do CDS.

Coincidências?

OS NOVOS CENSORES DE VIANA DO CASTELO

A Comissão distrital de Viana do Castelo do PCP enviou, no passado sábado, uma carta de protesto ao presidente da Câmara Municipal denunciando uma deliberação daquela edilidade que impediu a permanência de uma faixa de propaganda de um comício, na varanda de um escritório, sito na praça da República. Embora tivesse acatado a «recomendação» da PSP para retirar o pano, aquele organismo do nosso Partido acentua que esta atitude não envolve qualquer cedência no plano dos princípios, e visou apenas desarticular a tentativa de criação de um clima de confrontos.

Depois de transcrever na íntegra o Artigo 37.º da Constituição, que consagra a liberdade de expressão e informação, a nota de protesto enviada ao presidente da Câmara acentua que aquela deliberação reacçãoária viola frontalmente o citado artigo constitucional que a não contempla ou autoriza em qualquer dos seus parágrafos. Frisando que o asseio e a limpeza não passam pelas restrições à liberdade de informação e propaganda, mas sim pela criação de condições que garantam a higiene e decência, o documento da Comissão distrital de Viana do Castelo pergunta:

Já alguma vez V. Ex.ª, ou os senhores vereadores, foram à Quinta do Sequeira, no Cais Novo, ver o «paraíso» deixado pela Grão-Pará? Já foram aos Cabeços ou ao Lomoso? Ou aqui, à nossa Ribeira? Ou, mais perto ainda, à zona medieval da cidade - à Vieira Cega, à Vieira da Cova da Onça e à Travessa do Hospital Velho?

Insistindo com os edis para fazerem aquela curta «viagem» a fim de confirmarem os motivos que levam os comunistas a considerarem demagógicos e falsos os motivos invocados, a carta e protesto frisa: o que incomoda essa Câmara maioritariamente reacçãoária é a insubmissão da voz popular que a rádio e a televisão oficiais calam e que surge, cada dia, nas ruas e praças da cidade protegida pela Constituição que vocês, novos censores, pretendem ignorar?



FACULDADE DE LETRAS DE LISBOA NECESSITA DE 40 PROFESSORES!

A orientação antidemocrática e antipedagógica do MEIC continua a causar graves perturbações ao funcionamento regular de diversos estabelecimentos de Ensino Superior.

Demonstrando profundo desprezo pelas propostas e pelos apelos ao diálogo e à cooperação esclarecedora e produtiva das organizações dos professores, dos responsáveis pela gestão e dos estudantes, o Ministério do sr. Cardia que se evidencia como um dos mais "activos" apologistas da incompetência a nível governamental, continua a criar alarmantes situações de degradação pedagógica e instalações (para não ir mais longe...), que chegam a pôr em causa o próprio funcionamento de diversos estabelecimentos escolares.

Tal é o caso da Faculdade de Letras de Lisboa (FLL), que, segundo foi afirmado, recentemente, numa conferência de imprensa, poderá, através de uma Assembleia Geral de Escola (AGE), marcada para os fins deste mês, encerrar as suas portas, se o MEIC continuar, como até aqui, a bloquear a solução dos problemas que a escola se defronta, especialmente a contratação de docentes.

Porque consideramos quase esgotadas as possibilidades de dar aos dez mil alunos desta Faculdade as condições de ensino que eles merecem, e porque recusamos aceitar o exclusivo dessa responsabilidade resolvemos recorrer à imprensa — lê-se no documento distribuído no encontro com os jornalistas, em que participaram os presidentes do Conselho Directivo e da Assembleia de Representantes da FLL, respectivamente, José Vítor Adragão e Joana de Barros.

O problema mais grave — afirmou o presidente do CD — é o da falta de docentes para cerca de 100 turmas; precisamos de mais 40 docentes — especialmente no Curso de História — para que, em vez das 1200 passagens administrativas do ano passado, não venhamos a ter, este ano, 4 mil. Mais adiante, repudiou, a propósito, calúnias segundo as quais na Faculdade de Letras passa toda a gente que se inscreve, tendo referido que no passado ano lectivo registaram-se, só no 1.º ano, cerca de 400 "chumbos".

Outro dos problemas abordados foi a actual degradação de instalações em que se encontra a escola. Um dos seus pavilhões, por exemplo, não funciona por falta de electricidade. O mesmo acontece com o Anfiteatro I. Os dois laboratórios de línguas (no valor de cinco mil contos, segundo informou Vítor Adragão) encontram-se, igualmente, com problemas de conservação, pois até chove lá dentro.

No decorrer da conferência de imprensa foi também

afirmado que o novo plano do 1.º ano dos cursos existentes na Faculdade, engendrado quase totalmente nas costas da escola, surgiu desligado dos outros anos dos cursos, além de só ter sido entregue em meados de Outubro, quando os horários já estavam feitos e o serviço docente distribuído. Saliente-se que o referido plano elimina muitas cadeiras e introduz outras — é o caso de "Matemáticas das Ciências Humanas e Sociais" — que não poderão ser leccionadas, pois não existem docentes preparados para isso, como sublinhou o presidente do CD da FLL.

Por outro lado, a aplicação do Despacho 113/77 que, não reconhecendo aos licenciados em Anglo-Americanos ou Alemão habilitações próprias para o ensino, provoca o regresso à Faculdade de mais de mil pessoas.

Se a estes problemas somarmos os levantados pelas instalações — temos o bar encerrado pelos Serviços Sociais, com 14 horas diárias de aulas (das 9 às 23) — vemos que o panorama não é muito agradável — sublinhou José Vítor Adragão.

Depois de referirem que desde 7 de Outubro temos contactado quase diariamente o gabinete do secretário de Estado do Ensino Superior,



Durante a sua estadia em Portugal, a convite da UJC e da UEC, a delegação do Komsomol Leninista da URSS foi recebida pelo Comité Central do Partido Comunista Português. Na gravura, o camarada Alvaro Cunhal, secretário-geral do PCP e o camarada Carlos Costa, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC trocam impressões com o chefe da delegação da juventude soviética, o camarada Nicolai Truchenko, reitor da Escola Superior do Komsomol, doutor em Ciências Históricas e deputado do Soviète de Moscovo

Campanha de recrutamento da UEC

«UMA ESCOLA PARA A VIDA NO PORTUGAL DE ABRIL»

Tal como temos vindo a referir nas últimas edições do "Avante!", decorrerá em 21 e 22 de Janeiro de 1978 o Primeiro Congresso da União dos Estudantes Comunistas (UEC). Culminará, então, um intenso debate (já iniciado) em torno da experiência de luta, dos

erros e das vitórias dos estudantes comunistas, e também em torno das soluções apontadas pela UEC e pelo movimento estudantil para a resolução dos graves problemas existentes no sector do Ensino, que têm vindo a agudizar-se com a desastrosa política do MEIC do sr. Cardia.

Acontecimento histórico, de profundas repercussões na vida da juventude estudantil, o Congresso assinalará um passo decisivo no reforço orgânico da UEC e na mobilização e unidade combativa dos estudantes portugueses.

A Revolução de Abril e as suas conquistas abriram à juventude a perspectiva de um novo Ensino, integrado na vida democrática. Desenvolveram-se lutas. Alcançaram-se importantes vitórias. Dinamizou-se, através da luta e da unidade, o movimento estudantil organizado. Ao longo do processo democrático, acentuou-se a participação e o esforço entusiástico e fraterno da juventude trabalhadora e dos estudantes na construção do Portugal de Abril. E é esta participação que a política direita do actual Governo procura destruir.

Três mil e quinhentos jovens diplomados desempregados; 13 000 estudantes, só este ano, impedidos de continuar os seus estudos, pela instauração de formas arbitrárias de selecção no acesso ao Ensino Superior; 400 000 estudantes no Secundário e no Superior que vivem com apreensão o seu futuro escolar, comprometido por um Ensino assente em métodos antidemocráticos e antipedagógicos — eis a expressão dramática de uma política que não pode continuar, uma política que os estudantes e professores recusam firmemente.

Para que o movimento estudantil e a luta de todos os estudantes atinja os seus objectivos, para que a Reforma Geral e Democrática do Ensino venha a ser uma realidade, ao serviço dos interesses dos estudantes, dos professores e do País, para que a juventude participe, com coerência, entusiasmo e espírito construtivo, na consolidação da democracia, na defesa das conquistas da Revolução e na construção da nova sociedade — em que o Ensino terá um lugar de destaque, assumindo um papel importante na preparação dos jovens —, é necessária uma UEC maior, mais dinâmica e interventiva, mais organizada.

Para que a UEC esteja à altura das suas tarefas e responsabilidades, os seus efectivos terão de ser muitos mais. Os milhares de estudantes que participaram em processos de luta

Segundo foi referido no decorrer da Assembleia, aqueles problemas podem encontrar soluções através da integração das carreiras docente e hospitalar.

A ausência de professores, naquela importante reunião, seria criticada por um dos oradores.

ISEL REPUDIJA "ENSINO SUPERIOR CURTO"

Tal como foi divulgado em conferência de imprensa, os alunos e o corpo docente do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa (ISEL), contendo com o apoio do ISEP e do ISEC, opõem-se à aplicação do Decreto-lei 427-B/77, que visa criar o "Ensino Superior Curto" e apelam a todos os deputados da Assembleia da República para não ratificarem este diploma.

O repúdio do decreto e a condenação de medidas que visem a asfixia e esvaziamento do actual conteúdo de ensino dos Institutos Superiores de Engenharia (ISEs), surgiram ao longo das reuniões de professores e de alunos, e depois de ouvidas as opiniões do Conselho Directivo e das organizações políticas representadas no ISEL: PCP, PS, PSD, MES, UDP, CDS, etc.

COIMBRA: ESTUDANTES DE MEDICINA RECLAMAM ABERTURA IMEDIATA DAS AULAS

Várias centenas de estudantes da Faculdade de Medicina de Coimbra reuniram-se, na passada semana, em AGE, tendo exigido a abertura imediata das aulas e a resolução do problema dos docentes para as aulas práticas, de modo a garantir ao ensino um mínimo de qualidade.



Manifestação de rua em Oldemburgo contra as "interdições profissionais"

CONFERÊNCIA EM OLDENBURG CONTRA AS INTERDIÇÕES PROFISSIONAIS NA RFA

- entrevista com o camarada Aurélio Santos

«A questão central tratada em Oldemburgo, é a prática das perseguições profissionais por razões de ordem política e ideológica, prática que se verifica em todo o mundo capitalista. O que a torna particularmente grave e odiosa na RFA, é o facto de estar fundamentada na própria lei. Isto constitui um grave perigo para a democracia» — declarou ao "Avante!" o camarada Aurélio Santos, do CC do PCP, no seu regresso da Conferência Internacional de Oldemburgo, contra as interdições profissionais na RFA, realizada nos dias 12 e 13 de Novembro nesta cidade da RFA.

«A luta internacional contra as interdições profissionais, que abarca os mais diversos e heterogéneos sectores — prosseguiu — visa, não só acabar com este atentado aos mais elementares direitos humanos, como impedir que leis como esta possam vir a ser publicadas noutros países capitalistas. Entretanto, os falsos defensores dos direitos humanos, ignoram hipocritamente as interdições profissionais, quer como prática usual à margem da lei, quer quando consagrada por lei».

A Conferência de Oldemburgo teve a participação de 120 organizações e personalidades de várias tendências — social-democratas, liberais, comunistas e cristãos — da RFA e de numerosos países estrangeiros, designadamente da França, Bélgica, Luxemburgo, Holanda, Finlândia, Grã-Bretanha, Suécia, Noruega, Portugal, Itália, Dinamarca, Estados Unidos, Berlim-Oeste.

Os trabalhos da Conferência estavam organizados em duas sessões plenárias (abertura e encerramento) e seis comissões de trabalho. A nossa participação directa foi feita na Comissão que tinha como tema: «Representa o beufsvverbote (interdições profissionais) um perigo para a democracia na Europa?».

Na intervenção feita nessa comissão, o representante do nosso Partido destacou a nossa adesão à luta contra as interdições profissionais; a projecção internacional do problema, pois constitui uma violação dos direitos do homem, para além do perigo da «importação» por outros países de uma prática que se liga o dever da solidariedade internacional para a defesa da democracia em cada país. Vários dos pontos de vista apresentados na nossa intervenção foram incluídos nas conclusões da Comissão de Trabalho e no Apelo da Conferência.

Na sua intervenção na Comissão de Trabalho, o camarada Aurélio Santos destacou também as formas de perseguição profissional por motivos políticos e ideológicos praticadas noutros países, nomeadamente em Portugal.

Salientando o significado da lei das interdições profissionais, Aurélio Santos afirmou: «Com estas medidas, as forças dominantes da RFA demonstram, no fundo, a fragilidade do seu próprio poder».

«Estas medidas, não só são contrárias ao que está inscrito na Constituição da RFA (que garante a liberdade de ter ideias políticas, a liberdade de opinião e de associação) como ao que está estipulado na Carta dos Direitos do Homem da ONU (1948) e na Acta Final dos Acordos de Helsinquia. Por outro lado, são desumanas e limitativas das capacidades criadoras do homem, da sua inteligência e espírito crítico, criam um clima de insegurança, de desconfiança permanente e de «caça às bruxas». O simples facto de ser comunista, de ser progressista, constitui a principal razão de interdição de acesso à função pública. Mas pode também ser razão suficiente para pertencer a um sindicato, ou a actividade política de um membro da família, a frequência de meios políticos ditos «de esquerda».

Embora sendo difícil saber com

exactidão o número de cidadãos alemães que são objecto de controlo e de interrogatórios das brigadas de «protecção da Constituição», os cálculos recentes apontam para 450 000, sendo os mais atingidos os jovens, na sua maioria professores; além disso, cerca de 1200 pessoas foram afastadas dos seus empregos. E estes números aumentam constantemente.

Durante a Conferência realizou-se, na cidade de Oldemburgo, uma manifestação de massas reclamando o fim das interdições profissionais por motivos políticos e ideológicos. O Documento final da Conferência, sob o título «em defesa dos direitos do homem na RFA, pôr fim às interdições profissionais», destaca que a Conferência considera que as interdições profissionais violam a Constituição e a Carta dos Direitos do Homem; põem em perigo a democracia e a liberdade na Europa, estão em desacordo com o espírito de Helsinquia. Apela a todas as forças democráticas, aos partidos políticos, à juventude e aos estudantes, às organizações sindicais e profissionais, às organizações internacionais, para que dêem o seu apoio à luta contra as interdições profissionais. Apela para a formação de comissões de luta em todos os países. Pronuncia-se contra a prática das perseguições profissionais por motivos políticos e ideológicos em toda a Europa capitalista.

No regresso de Artek um pioneiro confessa:

VALEU A PENA IR A ESTE PASSEIO

«O Amigo», jornal dos Pioneiros de Faro, inseria no seu último número o relato da visita de um jovem pioneiro algarvio à cidade de Artek, na União Soviética, e conhecida como a Cidade dos Pioneiros. Pelo seu interesse não resistimos a transcrever algumas partes:

Nós pioneiros portugueses fomos muito bem recebidos na URSS. Visitámos o Kremlin, o Mausoléu de Lênine, o Muro de Lênine, a Universidade de Lomonossov, etc. Também vimos uma acção do Circo de Moscovo.

Em Moscovo hospedaram-nos num hotel para jovens. O hotel tinha 21 andares, 17 estavam reservados para quartos e 3 para salas de reunião dos monitores. No último andar havia um restaurante e um cinema. No r/c onde era a recepção, podíamos encontrar mais um restaurante e uma sala destinada ao Komsomol. Na cave funcionavam as lavandarias, as cozinhas, a sala de jogos eléctricos e a enfermaria.

para ir buscar as toalhas, a fim de irmos à praia, almoçávamos e em seguida fomos praticar desporto ou dispanhmos de tempo livre para o que quisésemos fazer.

O jantar era às 8 horas. Depois ou assistíamos ao cinema, ou a alguma representação de Pioneiros de um dos países convidados, ou divertíamos-nos dançando.

Passados dois dias, depois de nos familiarizarmos com as garrafas, foi-nos entregue os calções, completando assim a farda. Artek divide-se em 10 acampamentos, cinco dos quais funcionam todo o ano e os outros cinco só funcionam durante o Verão.

Vinte e sete mil crianças passam as suas férias em Artek. Entre elas cerca de mil crianças são estrangeiras. Nas escolas de Artek há mais de cem professores. Em 1962, as crianças de vários países trouxeram uma pedra do seu país e ergueram o Monumento da Amizade entre as crianças de todo o mundo. Anualmente praticam o correio internacional em garrafas que lançam ao mar, as crianças que encontram essas garrafas são convidadas a passar lá as férias.

Os acampamentos todos têm 320 hectares e 7 km e meio de praia. O nosso acampamento era o Montanhoso, o mais antigo. (...) Este ano a vida de Artek esteve um pouquinho mais agitada, visto ser este ano em que se realizou o festival das crianças «Que sempre brilhe o Sol». A delegação dos Pioneiros de Portugal, foi convidada para estar presente não só no festival mas também no acampamento. (...) Valeu a pena ir a este passeio.

ORGANIZAR A CAMPANHA ORIENTAR O RECRUTAMENTO

Nas escolas, nos locais de encontro e recreio dos estudantes, na luta, nos momentos de alegria e convívio, há que, incansavelmente, recrutar, trazer mais e mais estudantes à UEC, vanguarda revolucionária da juventude estudantil portuguesa. Há que, sem sectarismos nem preconceitos, com consciência militante e determinação, alargar a UEC com os estudantes honestos, dispostos a contribuir, com o seu esforço, para a luta em defesa dos interesses estudantis, para a defesa e consolidação da democracia e das outras conquistas do 25 de Abril.

Recrutar será, pois, uma tarefa central que se coloca a cada estudante comunista, a cada organização e à UEC no seu conjunto, em todo o trabalho de preparação do Congresso.

Há que continuar a dinamizar, programar e controlar todos os aspectos relacionados com a campanha. Em todas as reuniões promovidas por núcleos de estudantes comunistas o recrutamento terá de ser um ponto obrigatório de discussão. Cada célula da UEC tem de encarar, como tarefa prioritária, a definição das metas que se propõe alcançar até ao Congresso. A discussão de projectos e a promoção de iniciativas diversas devem fazer parte da ampla actividade desenvolvida em todo o País pela União dos Estudantes Comunistas. Para a coordenação do trabalho da campanha foi criada uma Comissão Nacional e uma Comissão Executiva, esta última constituída por camaradas responsáveis por frentes de actividade específica, cuja tarefa principal será acompanhar diariamente o andamento da campanha.

3.º CONGRESSO DO PAIGC: PASSO IMPORTANTE NO CAMINHO DA UNIDADE E DO DESENVOLVIMENTO

O 3.º Congresso do PAIGC terminou em Bissau, após cinco dias de trabalhos. Foi aprovado o relatório do Conselho Superior de Luta, assim como o novo projecto de estatutos.

Aristides Pereira, Presidente da República de Cabo Verde, foi reeleito secretário-geral do Partido, e Luís Cabral, Presidente do Conselho de Estado da Guiné-Bissau, foi reeleito secretário-geral adjunto. O antigo secretário-geral, de quatro membros, foi substituído por uma comissão permanente, de oito. Foram igualmente aumentados os efectivos do Conselho Superior de Luta e da Comissão Executiva da Luta.



Momento fundamental no decurso dos trabalhos do Congresso, foi a leitura, por Aristides Pereira, do relatório do Conselho Superior de Luta, em que foi destacada a necessidade de incentivar a iniciativa criadora das massas, utilizar a ajuda externa no interesse dos povos da Guiné e Cabo Verde, dar prioridade à agricultura no desenvolvimento dos dois países, prevendo-se ainda um plano de desenvolvimento económico comum para os dois países.

«Devemos transformar as nossas fraquezas em forças» — afirmou o camarada Aristides Pereira durante a leitura do relatório da CSL, e prosseguiu: «Devemos aproveitar a fundo a mobilização política e a racionalidade administrativa que a dimensão dos nossos países possibilita, para coordenar efectivamente o desenvolvimento económico e social através da integração de iniciativas dos diversos sectores e de forma a que venham futuramente a englobar, num todo, a Guiné e Cabo Verde, de acordo com o objectivo supremo do Partido — a Unidade. No quadro da Unidade Guiné-Cabo Verde, que temos de ir

realizando passo a passo, mas de forma prática e concreta, vamos aprofundar as condições de complementaridade económica que oferecem os dois países».

A questão da unidade entre os dois países, assim destacada por Aristides Pereira, foi uma linha determinante dos trabalhos do Congresso.

Outro aspecto salientado foi a herança do colonialismo, a total ausência de infra-estruturas, assim como realçada a necessidade de formação de quadros. Foi igualmente salientada, no que respeita ao sector do comércio, a importância dos Armazéns do Povo, que muito tem contribuído para a economia nacional, e hoje conseguem controlar, como instituição estatal, toda a actividade comercial do país e abastecer o povo dos principais produtos indispensáveis à sua subsistência.

Tanto na parte da intervenção dedicada ao desenvolvimento económico, como na referente a outros aspectos da vida dos dois países, como a educação, a organização dos Estados e outras, foi sempre salientada a necessidade e a importância da participação das massas populares em todos os aspectos da vida social e política. Massas populares que se encontravam bem representadas entre os delegados do Congresso.

Vinte por cento dos delegados eram de origem camponesa. Os quadros técnicos e administrativos tinham uma representação com

um total de 77 elementos. Seguiam-se os camponeses, com 61, as Forças Armadas com 50, os trabalhadores intelectuais com 40, os operários com 21 e os funcionários do Partido. Os camponeses e operários constituem, portanto, a maioria dos delegados ao Congresso. Por outro lado, a maior parte das Forças Armadas é constituída por camponeses.

Outro dado elucidativo é a larga maioria de jovens — 121 delegados andam na casa dos trinta anos.

As percentagens de delegados, revelam também, como é natural, os problemas existentes: a percentagem de mulheres, como foi destacado no próprio Congresso, é extremamente baixa: 6 no total de cerca de três centenas. Por outro lado, metade dos congressistas tinha apenas a instrução primária e 44 eram analfabetos (sobretudo camponeses).

Num plano de desenvolvimento em que o homem é considerado o capital mais precioso, tais problemas serão sem dúvida superados, condição essencial para que o próprio plano seja executável.

A realização deste Congresso do PAIGC, a ampla participação popular, que não se circunscreu às sessões de trabalho, mas esteve presente nas ruas de Bissau como em todas as terras e zonas rurais de ambos os países, é desde já um passo nesse sentido.



Aristides Pereira e Luís Cabral foram reeleitos

SEMANA INTERNACIONAL

XÁ: O CARTEIRO DE CARTER NA OPEP

Reza Palevi, Xá da Pérsia, realizou uma visita de dois dias a Washington, onde se encontrou com Carter, tendo posteriormente seguido para Paris. A sua presença nos Estados Unidos provocou grandiosas manifestações de jovens iranianos e norte-americanos, que denunciaram o carácter profundamente repressivo do regime iraniano, que se salda em mais de 100 mil presos políticos, na prática corrente da tortura, no nível de vida extremamente baixo do povo.

As manifestações contra a presença do Xá da Pérsia em Washington foram consideradas as maiores realizadas nos Estados Unidos depois das manifestações contra a guerra no Vietnam. Não foram manifestações pacíficas. A imprensa diária refere-se a uma "batalha campal". Na "livre" América, os manifestantes tiveram que se confrontar com grupos pagos pelo Irão, como aliás foi denunciado pela própria televisão norte-americana, e com a polícia, que recorreu ao lançamento de gases lacrimogéneos. No total registaram-se mais de cem feridos.

Enquanto nos relvados da Casa Branca se marcava o repúdio das forças progressistas norte-americanas pelo apoio do governo de Carter ao regime repressivo que impera no Irão, e ficaram claros os meios a que o capital corre para abafar tais protestos — o suborno e a repressão —, o que se passava no interior da Casa Branca não era menos eloquente.

Que foi fazer Reza Palevi aos EUA? Segundo o porta-voz da Casa Branca, Jody Powell, foram tratadas diversas questões, incluindo o Médio Oriente e os preços do petróleo. No final das conversações, o Xá declarou que na próxima reunião da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), marcada para 20 de Dezembro, em Caracas, o seu país vai propor o congelamento do preço do petróleo. O Irão e a Arábia Saudita, que facilmente virá também a apoiar as exigências de Washington, têm um peso determinante dentro da OPEP, o que poderá significar que as pretensões dos EUA irão avançar, mesmo que contra a opinião da maioria dos produtores de petróleo.

É de calcular que o compromisso assim aceite pelo Xá, não o tenha sido de graça, ou seja, o apoio do Xá aos EUA na OPEP é negociável com um reforço do apoio da Casa Branca ao regime iraniano, na medida que lhe é mais útil: as armas. Reforço que interessa igualmente aos próprios Estados Unidos, pois é garantia de manutenção, por mais tempo, do regime repressivo do Irão.

Os factos estão aí, a evidenciar a profunda ligação de Washington ao regime iraniano, que lhe permite inclusive determinar a política deste governo numa questão fundamental para o Irão e para todos os produtores de petróleo.

As palavras não foram menos significativas. No decurso de um jantar em honra do Xá, Carter falou da "influença estabilizadora" do Irão, da importância, das "relações exemplares", dos "laços indelével", da "aliança militar inquebrantável" entre os dois governos, afirmando mesmo: "não receamos o futuro quando temos amigos como este país". Definuiu-se assim ao lado de um regime profundamente repressivo, onde os proclamados "direitos humanos" são completamente ignorados. E definiu-se bem — sem que a demagogia obscurecesse o sentido real da sua política.

Por sua vez, Reza Palevi declarou que "isto é um mundo em que aqueles que têm os mesmos ideais democráticos têm de se unir". É difícil deixar as coisas mais claras: os "ideais democráticos" do Xá e os de Carter são os mesmos. Os mesmos os seus interesses, a mesma a sua luta.

Nenhuma fachada de demagogia, nenhum verniz democrático, consegue assim encobrir o íntimo parentesco entre o imperialismo americano e os regimes repressivos, os regimes fascistas, que servem e contam com o seu decisivo apoio.

PEDIDAS NA ONU SANÇÕES CONTRA A ÁFRICA DO SUL

Foi recentemente apresentado, na Assembleia Geral da ONU, um conjunto de propostas sobre sanções contra a África do Sul.

Esse conjunto de propostas, que foi lançado pelos países africanos e apresentado às Nações Unidas, sugere à Assembleia que se proclame 1978 como o ano Internacional Anti-Apartheid, que se condene vigorosamente Israel por colaborar com a África do Sul, que se condene com firmeza o governo racista "pelas mortes, repressão violenta dos opositores do "apartheid", discriminação racial e pelas medidas que proíbem organizações e jornais", que se retorne a Declaração de Lagos e se dê instruções para o trabalho de 1978 do comité especial da ONU sobre "apartheid".

Para além disto, também é pedido um embargo de petróleo e uma recusa de facilidades a linhas aéreas e a companhias de navegação que servem a África do Sul, mas parece evidente que os Estados Unidos, a Inglaterra e a França se irão opor a tais medidas, lesivas dos seus múltiplos e subterrâneos "interesses" na zona... Espera-se, entretanto, que as propostas dos Estados africanos obtenham um apoio esmagador na Assembleia, pese embora que apenas o Conselho de Segurança tenha poderes para ordenar a imposição de medidas. Paralelamente os países africanos também já redigiram uma dezena de resoluções acerca da política sul-africana do "apartheid" e da segregação racial, incluindo um pedido para estudo urgente, pelo Conselho de Segurança, de sanções económicas obrigatórias; essas resoluções serão apresentadas à Assembleia de 149 países.

Face a esta ofensiva dos países africanos, que certamente contará com o apoio maciço da Assembleia Geral da ONU, a delegação dos Estados Unidos achou por bem pedir aos países membros para "não agravarem as sanções contra o governo sul-africano". Certamente que os representantes do senhor James Carter observam esta corajosa sugestão por entenderem o governo racista da Pretória como um vigoroso "companheiro de luta" em prol dos "Direitos Humanos"...

Direitos Humanos que são largamente respeitados pelos racistas da maneira que todo o mundo sabe: cargas mortais sobre multidões de negros, prisões em massa, indiscriminadas e por

tempo indefinível, assassinios por tortura, etc. Neste último aspecto, o assassinio nas prisões, houve uma certa "modernização" de métodos, talvez inspirada no exemplo vindo da Alemanha Federal: agora os prisioneiros negros dos racistas "suicidam-se" nas celas. Foi o que aconteceu ao dirigente Steve Biko, embora o próprio "Inquérito" tenha concluído e provado que Biko morreu de lesões cerebrais sofridas entre 12 horas a oito dias antes da morte, quando se encontrava detido — e mais recentemente ao estudante Bonaventura Sipho Malaza, que "apareceu" enforcado na cadeia de Krugersdorp.

É natural que o governo dos Estados Unidos não perdesse mais esta oportunidade para defender os Direitos Humanos: está justificado o pedido em prol dos racistas.

NOTÍCIAS DOS PAÍSES SOCIALISTAS

● Num trabalho comum soviético-cubano está a ser projectado o primeiro complexo siderúrgico de Cuba, que é o maior projecto industrial do país e terá uma capacidade de produção anual, de aço, de 2,6 milhões de toneladas, o que cobrirá aproximadamente 90% das necessidades de Cuba. O complexo deverá estar terminado em 1990.

● Até 1990 a Bulgária receberá da União Soviética 15 barcos para a pesca no mar Negro. No actual plano quinquenal (1976-80) a pesca na Bulgária deverá duplicar, em comparação com o último quinquénio.

● Nas 60 escolas de formação de pessoal médico médio, na RDA, estudam actualmente 4 000 estudantes. Os cursos duram 3 anos. Só em Berlim, a capital, há três desses centros de formação com um total de 3 000 estudantes.

● Seis cientistas da RDA participam, actualmente, com investigadores soviéticos em trabalhos de investigação da ionosfera, da luz polar e do campo magnético, na estação antártica soviética de Novozarevskaya. Estes



Nos territórios ocupados, é assim que a polícia israelita trata os árabes. Eles têm razões para considerar a visita de Sadat uma afronta

SADAT EM JERUSALÉM: UM CAMINHO QUE NÃO CONDUZ À PAZ

Sadat está em Israel. Foi calorosamente recebido, à sua chegada, pelos dirigentes de Israel, incluindo Begin. Falou em Jerusalém aos 120 deputados do Knesseth (Parlamento). Anteriormente à sua visita, de que o convite formal se deve aos bons ofícios de Washington, como ao longo da sua estadia em Israel, Sadat tem afirmado e reafirmado não estar na potência agressora para concluir um acordo em separado. Afirmou e reafirmou os seus propósitos de alcançar a paz. «Esta tribuna, e perante o mundo inteiro, venho propor-vos uma paz total» — disse, no seu discurso em Jerusalém.

Entretanto, poucos estão de acordo com as afirmações e os gestos de Sadat — que parecem coroar todo um processo de afastamento de posições progressistas, de defesa dos interesses nacionais e dos interesses comuns dos povos árabes. Não é a primeira vez que Sadat avança numa tomada de posição unilateral, não só desprezando a opinião dos povos árabes, inclusive naturalmente a do seu próprio povo, mas mesmo contrariando-a frontalmente. Por outro lado, esta atitude inere-se numa tomada de posição anti-soviética e anticomunista, num enfundamento ao imperialismo americano, numa clara atitude de classe com reflexos evidentes nas condições de vida do povo egípcio.

Neste momento, o que ressalta, no panorama das reacções internacionais, é o claro apoio do mundo capitalista e o repúdio dos países árabes e da OLP.

O mundo capitalista é unânime em considerar a atitude de Sadat (tal como Begin), «uma visita de importância histórica», um passo para a paz.

O mundo árabe e as forças progressistas consideram-na uma ameaça à unidade árabe, que o é pelo próprio facto de se tratar de uma posição

unilateral, e uma concessão perante o estado sionista. O Líbano decidiu cortar as relações políticas, económicas e culturais com o regime egípcio. Na Síria foi observado um luto nacional de 24 horas. Nenhum governo árabe — o da Arábia Saudita inclusive — apoiou a iniciativa. A Organização de Libertação da Palestina (OLP), propôs a reunião de uma comissão nacional de uma cimeira na qual deverão participar a Síria, Líbia, Iraque, Argélia e Yémen democrático; o comité executivo da OLP pediu ainda uma reunião imediata de todos os partidos e organizações árabes para discutirem as sanções. No Líbano, que continua a sofrer as agressões sionistas, por todo o mundo árabe, frente a embaixadas nos mais diversos países, realizaram-se manifestações árabes de protesto.

Os protestos e os esforços no sentido de evitar a realização do encontro, verificaram-se também anteriormente à sua concretização. A Síria destacou-se na tentativa de demover Sadat de uma visita tão profundamente contestada. No próprio Egipto, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Ismail Fahmi, pediu a demissão do cargo, alegando «novas circunstâncias na actual situação». Mohamed Riad,

nomeado por Sadat para substituir Fahmi, demitiu-se também poucas horas depois. O Partido Comunista de Israel, tomando igualmente posição sobre a então projectada visita, destaca a coincidência lamentável da sua realização com o ataque armado israelita ao sul do Líbano, e afirma: «Nas circunstâncias actuais, o anúncio de próximas conversações separadas entre Begin e Sadat não contribui para o estabelecimento da paz na região, visando antes desorientar a opinião pública, dividir o mundo árabe, isolar o Egipto dos restantes povos árabes, perpetuar a ocupação dos territórios árabes e privar o povo palestino dos seus legítimos direitos».

Na batalha pela solução do problema do Médio Oriente, as forças progressistas têm-se batido sistematicamente pela única paz justa e possível: uma paz global, assente na solução das questões fulcras, que se mantém como factor de guerra na zona a devolução dos territórios ocupados por Israel aos árabes, a criação de uma pátria para o povo palestino. Uma paz obtida com a participação colectiva de todas as forças interessadas, inclusive os legítimos representantes do povo palestino.

Em contrapartida, o imperialismo, o Estado

sionista, tem multiplicado as suas propostas e pressões para acordos limitados e sectoriais, tentando assim evitar Genebra e a verdadeira solução dos problemas árabes, dividindo simultaneamente os povos da região.

Que se está a passar neste momento? Sadat declara não pretender obter um acordo separado, antes estando empenhado na obtenção da paz. Mas nem todos estão de acordo com essa afirmação de Sadat, e para começar, ainda que não o exprimindo de uma forma directa, o próprio Begin e o presidente Carter.

O presidente norte-americano enviou mensagens aos monarcas da Jordânia e da Arábia Saudita pedindo-lhes apoio para Sadat e sugerindo-lhes que poderiam ser os próximos convidados.

Begin declarou no Knesseth, na presença de Sadat, que Israel desejava negociar tratados de paz com o Egipto, com a Jordânia, com a Síria e com o Líbano. Já anteriormente, Begin tinha declarado, também no Knesseth: «Sempre o dissermos, e digo-o de novo, que queremos tratados de paz com cada um dos nossos vizinhos. E por essa razão, desta tribuna, convido aqui, o presidente Assad, da Síria; o rei Hussein, da Jordânia, e o presidente Sarkis, do Líbano, a virem a Jerusalém discutir a paz».

O plano é claro. E exclui Genebra. Exclui a OLP. Assenta na pulverização da força da unidade árabe.

DIREITA SOFRE DERROTA NAS ELEIÇÕES GREGAS

Cerca de seis milhões de gregos foram no domingo passado às urnas para elegerem os trezentos deputados do Parlamento. Os resultados da eleição são inequívocos. A direita perdeu votos, a esquerda ganhou-os. O Partido de Karamanlis mantém a maioria — mas uma maioria reduzida, o que não pode deixar de ser tomada em consideração.

O Partido da Nova Democracia, do primeiro-ministro Constantino Karamanlis, obteve cerca de 43 por cento dos votos e 174 lugares no Parlamento. Na eleição de 1974, alcançara 54 por cento dos votos e 220 lugares.

● O Movimento Socialista Pan-Helénico, de Andreas Papandreu, que entrou a sua campanha eleitoral na condenação da entrada da Grécia para a CEE, porque desastrosa para a agricultura e a indústria gregas, e defendeu uma política externa independente, que incluíria o corte

de relações com a NATO, obteve 25,2 por cento dos votos e 91 lugares. Em 1974, tinha alcançado 13,5 por cento dos votos e 15 lugares.

● A União do Centro Democrático, de Georgios Mavros, partido da direita, baixou de 20 para 12,2 por cento nos votos e de 60 para 12 os lugares no Parlamento.

● O Partido Comunista Grego viu os seus votos acrescidos em mais de três por cento. Não pode haver dúvidas que os resultados eleitorais apontam para um crescente descontentamento do povo grego em relação à política do governo de Karamanlis, sua contestação da catastrófica integração na CEE, uma vontade de paz, pelo afastamento do pacto militar — a NATO —, e por uma política séria em relação à Turquia e a Chipre, não fazendo o jogo das forças intervencionistas nesta ilha.

● Desde o início do actual plano quinquenal (1976-80), mais de 600 000 moscovitas instalaram-se em 130 000 casas novas.

● Os 130 000 trabalhadores da indústria metalúrgica da RDA ultrapassaram, nos finais de Outubro, os planos de produção em mais de 38 milhões de marcos; até 1980 propõem-se alcançar uma produção no valor total de 88 700 milhões de marcos.

● Dez especialistas da empresa petrolúrgica de Schwedt, da RDA, apoiam actualmente os trabalhadores da refinaria cubana "Nico Lopez", em Havana, numa grande reparação da instalação destiladora. O colectivo da RDA trabalha por encargo do serviço internacional de reparações criado pelos países socialistas.

política que tem vindo a ser sistematicamente seguida pelo governo de Karamanlis, e naturalmente continuará a sê-lo, pois é uma característica dos governos antipopulares a sua surdez crónica à voz das massas trabalhadoras.

Entretanto os dados estão aí, e é difícil ignorá-los. Karamanlis sofreu de facto uma dupla derrota. Porque baixou substancialmente a percentagem de votos no seu partido. E porque não foram alcançados os objectivos que levaram à convocação de eleições antecipadas.

Com a convocação de eleições um ano antes de expirar, o seu mandato, Karamanlis pretendia, apresentando uma face "democrática" uma espécie de aval popular à política em que está empenhado de sacrifício dos interesses nacionais por uma dependência da Grécia em relação aos centros de decisão da CEE e da NATO, que dificulta a acção das forças democráticas e o caminho do povo grego rumo a uma vida democrática. Poderia depois manobrar mais livremente reivindicando o apoio popular. Esse aval foi-lhe claramente negado. O expediente não surtiu o efeito esperado.

Os órgãos de propaganda burgueses empenham-se em destacar que o partido do governo mantém a maioria no Parlamento. Mas as perdas são difíceis de minimizar. E irreparáveis. Ainda mais quando confrontadas com o aumento espectacular registado por um partido que surge na cena eleitoral defendendo a não entrada para a CEE e o afastamento da NATO. É esta a vontade do povo grego, por mais vezes que se pretenda dar à questão. Uma vontade expressa apesar das múltiplas limitações da acção das forças de esquerda.

O governo de Karamanlis não serve. A entrada na CEE, a estreita ligação à NATO é alheia e oposta aos interesses dos trabalhadores gregos. Este o voto popular.

Libertemos o camarada Angel Soler!

O camarada Miguel Angel Soler, secretário do Partido Comunista do Paraguai, foi sequestrado da sua residência, em Assunção, a 30 de Novembro de 1975; tendo sido barbaramente torturado, em breve foi dado como «desaparecido» pelos organismos oficiais.

Estes «desaparecimentos» acontecem cada vez com maior frequência nas diversas ditaduras fascistas que esmagam grande parte do continente sul-americano, pois os torcionários, pressionados pelos protestos que as suas brutalidades desencadeiam, quer a nível nacional quer internacional, em certos casos não se atrevem a declarar a «detenção oficial»: daí que passem a «desconhecer» o paradeiro daqueles que, ferozmente, procuram aniquilar nas masmorras.

E é que está acontecendo com o camarada Angel Soler. Intelectual respeitado nos meios políticos e culturais do Paraguai, o seu desaparecimento emocionou vivamente todos os sectores do país, que têm manifestado publicamente a sua solidariedade, assim como internacionalmente, desencadeou um amplo movimento de protestos, endereçados ao governo do Paraguai, da parte de numerosas organizações entre as quais avulta a Cruz Vermelha Internacional e de vários países, organizações internacionais e de solidariedade, a Secretaria das Relações Exteriores do Vaticano e os governos de vários países, nomeadamente México, Venezuela e Suécia.

Temas de Belgrado: a paz e o desanuviamento

Com base em 83 propostas, recomendações e outras bases de trabalho, as delegações dos 35 países representados na Conferência de Segurança e Cooperação Europeias, a decorrer em Belgrado, iniciaram há dias a elaboração do documento final da reunião mau grado a resistência da delegação dos Estados Unidos, que pretensão prosseguir a revisão truncada da aplicação dos acordos de Helsinquia, insistindo na ingerência em assuntos internos dos outros países.

A delegação soviética sublinhou a necessidade do documento final contemplar com firmeza as temas de desanuviamento e desarmamento, nomeadamente adoptando as propostas no sentido de cada país signatário se comprometer a não ser o primeiro a utilizar armas nucleares e de impedir o alargamento dos blocos político-militares.

Greves na Tunísia

A vaga de greves que, recentemente, irrompeu na Tunísia abalou profundamente o governo de Habib Bourguiba, chefe de fila do partido único que se encontra no poder.

Estas greves atingiram diversos sectores económicos, nomeadamente os transportes públicos, bancos, padarias, cinemas, câmaras municipais, e minas de fosfatos. Segundo o órgão da central sindical «Ech Chaab» («O Povo»), os trabalhadores tunisianos, com estas jornadas de luta, manifestaram o seu apoio ao secretário-geral da referida organização, Habib Achour, que ultimamente tem sido alvo de ameaças de morte, e, paralelamente, denunciaram as ingerências do Governo nos assuntos sindicais.

A resposta governamental a esta vaga de protestos traduziu-se em 150 prisões, justificadas com a acusação de «pilhagens e destruições de bens». Para o Governo estas manifestações, que contaram com a participação de um número muito elevado de trabalhadores, não passaram de tentativas «para alterar a ordem pública», não tendo qualquer significado «sindical ou profissional».

Espanha: que democratização?

No passado dia 20 teve lugar na «Plaza de Oriente», lugar predilecto para todas as manifestações de apoio a Franco, uma concentração da extrema-direita espanhola promovida pela organização «Fuerza Nueva». Esta manifestação fascista teve larga cobertura na imprensa de direita em Portugal, nomeadamente em «O Dia», que obedeceu em agigantar tudo o que cheira a reacção, dedicando ao «transcendente» acontecimento uma apaixonada cobertura a cinco colunas, enquanto ignora completamente todos os importantes protestos laborais que têm agitado a Espanha nos últimos dias.

Esses protestos demonstram, à evidência, que a «democratização» espanhola navega por mui turvas águas: de facto a paralisação dos aeroportos, imposta por uma greve dos seus trabalhadores de terra, que reivindicam aumentos salariais, tornou mais claras as contradições em que se debatem as várias forças sociais e políticas em Espanha.

Ao recusar o aumento salarial exigido pelos trabalhadores dos aeroportos sob pretexto de que este ultrapassa os 22 por cento previstos no «Pacto de Moncloa» (assinado entre o Governo e os Partidos da oposição espanhola), o Gabinete de Suarez recebeu como resposta do PCE e do PSOE (principais signatários de esquerda do referido Pacto) que tal argumento não pode ser invocado porque o «Pacto de Moncloa» não tem efeitos retroactivos — e as reivindicações do pessoal de terra dos aeroportos espanhóis são muito anteriores a este.

Ao tomar uma atitude de força face a estas reivindicações, o Governo espanhol provocou uma vaga de paralisações cujos prejuízos (três biliões de pesetas — cerca de 1 milhão e 500 000 contos) já ultrapassaram largamente o montante necessário para satisfazer as exigências dos trabalhadores. E, o que é mais grave, tal atitude, longe de solucionar o problema, apenas o radicalizou.

Entretanto a comissão negociadora da nova Convenção Colectiva da Indústria Turística de Espanha, anunciou uma paralisação na indústria turística da província de Madrid no próximo dia 28, fundamentada no impasse a que o patronato conduziu as negociações salariais.



O novo embaixador da República Democrática Alemã, camarada Frank Bochow visitou recentemente as instalações do «Avante!» e da Central Distribuidora Livreira (CDL). Um foi recebido pelos trabalhadores. Durante a recepção, o camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do Comité Central e director do «Avante!» recordou a solidariedade dos comunistas da RDA para com os comunistas portugueses, tanto no período do fascismo como desde o 25 de Abril, palavras estas que o embaixador da RDA agradeceu manifestando, por seu turno, a intenção de essa solidariedade se estreitar ainda mais.

Entretanto, aproveitando a visita do camarada Frank Bochow, o camarada Dias Lourenço, em nome dos trabalhadores do «Avante!» e da CDL ofereceu ao embaixador da RDA alguns dos exemplares recentemente editados, entre os quais se contava a publicação alemã do álbum dos «Desenhos das Prisões», da autoria do camarada Álvaro Cunhal.

PELAS
CONQUISTAS DE ABRIL
ADERE
AO
PCP



«NO CAMINHO DE ABRIL» PASSOU PELO «AVANTE!»

● Os camaradas que fazem o espectáculo falamos da sua experiência

Notou-se-lhes no rosto, em todos eles, o cansaço de muitos dias de viagem e de trabalho. No entanto também a alegria e um certo orgulho transparecia nas expressões dos camaradas que no intervalo que fazem antes de continuar para o Sul do país o caminho que já fizeram no Norte, levando o "Caminho de Abril" a já muitos milhares de portugueses. Maria do Amparo, Carlos Alberto Moniz, Samuel, os cantores, e o camarada Gavinho, da SIP Central que acompanha o espectáculo itinerante, visitaram a redacção do "Avante!" e deram-nos notícias em primeira mão.

Primeiro, os amigos não achavam com facilidade as palavras. Tem sido impressionante, disse Maria do

Amparo. — Temos mesmo actuado em lugares que o programa não previa e as salas enchem-se sempre. Apesar de este trabalho ter sido bastante contínuo, com esforço, as sessões a sucederem-se sempre, os resultados são bons. E temos a sensação de que os resultados de cada espectáculo não temos sido só nós ou a organização do Partido a conseguí-los, mas são obtidos em conjunto com os que assistem.

Samuel — Tem sido de facto impressionante. E os primeiros a ficarem impressionados são os próprios, nas localidades que temos visitado. Muitas vezes os amigos dirigem-se a nós antes do início do espectáculo, prevendo ora provocações, ora pouca assistência. No final, os mesmos vêm abraçar-nos pois a sala estava cheia, com pessoas pelos corredores. Isto um pouco por todo o lado, mesmo nas terras mais difíceis.

Gavinho — Dizem-se muitas vezes que nunca tinha havido, em certas terras do Norte que visitámos, nenhuma outra sessão em que estivesse tanta gente e que nenhum outro Partido tivera assim uma participação tão calorosa nas suas sessões. Isto apesar de termos passado em muitos lugares onde as volutas anteriores terem dado estréia marçom ao PCP.

Maria do Amparo — Interrompiam-nos com palmas os "slides", os textos, as canções...

Carlos Moniz — Há que dizer, também, a maneira como fomos recebidos pelos amigos, em toda a parte. Quase nos atabafaram com atenções. Comida, dormida, até ofertas. Uma camarada, numa aldeia, veio dar-nos um frasco de

Carlos Moniz — Uma vez, em que havia apenas duas crianças na sala, nós antes de começarmos a cantar as canções infantis, tivemos o compromisso da assistência de que ia aprender as canções e ensiná-las aos miúdos do lugar. E toda a gente cantou...

Samuel — Foi sempre uma participação entusiástica. O tipo de organização do próprio espectáculo foi decisivo. A variedade, a rapidez com que os temas se encaixavam, a articulação do texto e dos "slides" e das canções era tal que por vezes era preciso dizer "acabou", porque as pessoas queriam mais.

Por outro lado foi muito importante este itinerário na influência que pode ter junto de grupos artísticos locais, principalmente de jovens. Os jovens vinham ter connosco, fazer perguntas, pôr questões técnicas e outras. Até uns pioneiros, que tinham formado um grupo vieram ter connosco e dizer-nos que apreciavam a estrutura do nosso espectáculo.

Gavinho — Falando do espectáculo, um dos seus méritos é o ritmo. Reflecte as diversas fases da Revolução de Abril. O entusiasmo do popular correspondeu sempre a cada uma dessas fases. O espectáculo começa com um pequeno texto introdutório em que se pede às pessoas uma participação no próprio espectáculo. Depois é a narração da resistência antifascista do povo português, já com "slides" sobre as condições de vida do povo e da repressão no tempo do fascismo. O emigrante a partir, a história dos heróis

atropelos ao 25 de Abril. Carlos Moniz — Numa vila serrana, durante os primeiros minutos da sessão, houve no balcão um pequeno grupo provocatório, que se foi calando à medida que o espectáculo avançava. E que mesmo acabou por se render ao que se passava no palco.

Gavinho — O público, em todas estas sessões no Centro e no Norte do país, tem sido heterogéneo, mas há zonas em que é determinante uma massa que não é comunista e que adere.

Samuel — Independentemente de as pessoas estarem ou não próximas do Partido, em muitos sítios o espectáculo foi determinante para a aderência ao PCP. Mesmo em sítios em que as metas locais tinham sido ultrapassadas, houve, no final do espectáculo, um movimento de aderência ao Partido, com inscrições.

Gavinho — Um exemplo: numa escola em que o continuo tem vindo a criar dificuldades para ceder a sala, fui-lhe perguntar no final do espectáculo se tinha gostado. "Gostei bastante — disse —, não tanto pelas canções, mas principalmente pelas verdades que vocês aqui disseram".

Carlos Moniz — Eu saliento novamente a maneira como fomos recebidos em todo o lado, como nos facilitaram o trabalho. Não é de sobrevalorizar o nosso trabalho. Lembrou-me do livro "Até Amanhã, Camaradas" em que se vêiam os camaradas ignorados e clandestinos que passavam muitos sacrifícios. Em todas as terras nos contaram muitas histórias desses tempos. Hoje até

A CAMPANHA EM MARCHA!



Os trabalhadores alentejanos empenhados na Campanha

Activistas em porta-a-porta

No distrito de Beja, em Montes Velhos, Aljustrel, duas camaradas, num porta-a-porta, recrutaram mais 21 novos camaradas. As mesmas amigas, em São João, inscreveram mais 14 noutra porta-a-porta.

Prevê-se que no final do corrente mês a meta do sector estará quase atingida. Em Évora, no total do distrito e apenas em Novembro, já foram inscritos 256 novos camaradas. Numa sessão em Alandroal, 12 jovens se inscreveram.

Portalegre obteve apenas em Novembro mais 130 inscrições e a meta do sector está quase alcançada.

De Norte a Sul

No passado Domingo, dia 20 de Novembro, em Coimbra, um magusto-convívio reuniu dezenas de simpatizantes na zona alta da cidade. A sessão de esclarecimento que se seguiu ao convívio, com uma intervenção política do camarada Lino José, da Distrital de Coimbra, teve a marca-lá três imediatas adesões ao Partido.

Assim vai a Campanha, com novas adesões, de Norte a Sul do País.

Até ao passado fim-de-semana, já 1451 inscrições se verificaram na região do Oeste e Ribatejo. E os camaradas assinalam que 35 por cento das novas inscrições, no distrito de Santarém correspondem a mulheres.

Grande participação nas sessões

No dia 18, em Trajouce, São Domingos de Rana, 50 pessoas. No dia 20 na Sociedade de São Domingos de Rana, 130 pessoas, uma intervenção política pelo camarada Manuel Judas, da DORL. No dia 18, sessão de esclarecimento em Alcábaldeche. Sessões todas elas muito animadas, onde foram aprovadas moções, onde se verificaram inscrições, onde as perguntas e o debate da situação política prova o interesse cada vez maior das massas pelo Partido que defende os seus interesses. Muitas pessoas levaram fichas de inscrição. Entretanto na citada Freguesia de São Domingos de Rana foram ultrapassadas as metas estabelecidas. A organização está disposta a aumentar as suas metas e a continuar o trabalho até final da Campanha. Em algumas células, o número de militantes novos veio duplicar o total dos efectivos.

2300 em 8 sessões

Em Vila Franca de Xira, no passado dia 12 houve uma sessão com a participação do camarada Dias Lourenço. No Canto Livre actuou o Grupo Trovante. Neste concelho, em 8 sessões realizadas participaram mais de 2300 pessoas.

Entretanto, na Abelheira, Póvoa de Santa Iria, mais de 400 pessoas assistiram a uma sessão em que participou o camarada Albano Nunes. Em Vialonga, lugar da Granja, 180 pessoas participaram na sessão em que interveio o camarada Jerónimo de Sousa.

Promovida pelo Organismo da Previdência do CLL, uma sessão teve a participação de cerca de 200 pessoas, metade das quais simpatizantes.

Trabalhadores do mar em Campanha

Um almoço-convívio, realizado no passado dia 12 de Novembro, em Setúbal, e promovido pela célula dos Apanhadores de Peixe daquele concelho, trouxe à mesma mesa meia centena de trabalhadores do mar.

Presentes, além de camaradas da Comissão Concelhia, o camarada António Santo, membro do CC e da DORS, que, no final, fez uma intervenção sobre o significado da jornada, enquadrando-a na Promoção Conquistas de Abril e referindo-se também à situação política. Jornada caracterizada pela alegria e amizade.

Em Setúbal ainda, a célula dos Professores daquele concelho publicou um comunicado em que se congratula pelos resultados obtidos até à data pela Campanha, já que este sector ultrapassou largamente a meta prevista. Prosseguir a Campanha num esforço colectivo é o objectivo dos professores comunistas de Setúbal.

Entretanto no concelho do Barreiro a meta de 410 militantes já foi ultrapassada. Uma análise aos resultados indica que 52,5 por cento dos recrutados são operários, 12,7 por cento empregados, repartindo-se os outros entre técnicos, intelectuais e outras profissões. Mais de 30 por cento dos novos militantes são mulheres.

O Algarve mobiliza as mulheres

A camarada Alda Nogueira do CC visitou, no passado fim-de-semana, algumas terras do Algarve, no âmbito da Campanha Promoção das Conquistas de Abril.

No dia 19, sábado, nos Centros de Trabalho de Olhão e de Faro, efectuaram-se reuniões de quadros, ampliadas, em que para além da situação política se discutiu o problema da mobilização das mulheres. No dia 20, no Centro de Trabalho de Albufeira, nova reunião ampliada, de quadros e simpatizantes, novamente o tema foi focado e discutido. Ao todo, nestas reuniões participaram cerca de 250 quadros.

No dia 20, domingo, a camarada Alda Nogueira participou ainda numa sessão de esclarecimento no sítio da Bordeira, Faro, onde cerca de uma centena de pessoas participaram com entusiasmo.

Festa em Vila Verde

Com a Sala da Sociedade Recreativa cheia de assistentes, teve lugar em Vila Verde, no sábado último, um comício da organização concelhia da Figueira da Foz. A sessão foi aberta por Artur Neves, da Comissão Distrital de Coimbra que salientou os êxitos da Promoção das Conquistas de Abril em todo o concelho e apelou a novas adesões ao PCP. Dias Lourenço, da Comissão Política do CC, falou a seguir, abordando a conjuntura política actual, a questão da plataforma para sair da crise à luz das propostas do PCP e do documento apresentado pelo governo à Assembleia da República e ainda das tarefas actuais do Partido.

No final actuou um grupo de intérpretes da canção Coimbra, com Zina e Walter como cantores e Horácio Leitão e António Ralha à guitarra e à viola.

Antes do comício tinha-se realizado no CT da Figueira da Foz uma importante Assembleia de Quadros.

INICIATIVAS

No âmbito da Promoção das Conquistas de Abril a Comissão Distrital de Bragança do PCP vai realizar sessões de Canto Livre, em Vila Flor, no dia 26 à noite; no domingo, dia 27, de manhã, o Canto Livre terá lugar em Freixo de Espadã à Cinta. Além de uma intervenção sobre a situação política actual por um camarada da Comissão Distrital de Bragança, prevê-se a actuação de Luis Viegas e dos Grupos «Resistência» e «1.º de Maio».

Beiras: no distrito de Coimbra: no dia 26, pelas 21,30 horas um convívio com novos aderentes e simpatizantes no Centro de Trabalho de Coimbra; no dia 27, Reunião de Quadros, pelas 10 horas, também no CT, para debater problemas de organização e de Campanha; no dia 3 de Dezembro, no Centro de Trabalho da Figueira da Foz, pelas 18 horas, um convívio com simpatizantes e novos aderentes; em Condeixa, no dia 4 de Dezembro, uma festa em Sobreiro.

No distrito de Viseu, no dia 26 de Novembro haverá festa em Vouzela, pelas 21 horas.

Prevêem-se, além destas realizações, uma sessão de esclarecimento no dia 30 do corrente, promovida pela Comissão Concelhia de Espinho. Outra no dia 3 de Dezembro, em Vale de Cambra. E em Aveiro, ainda no dia 3, prevê-se um comício.

DORL: No dia 26, sábado em Sobral de Monte Agraço, a Comissão Concelhia promove, no cinema de Sobral, pelas 21,30, uma sessão-convívio em que participam José Manuel Osório, João Paulo e o conjunto do Grupo de Teatro Ensaio. Será projectado um filme, slides, e haverá ainda uma intervenção política por um camarada da DORL.

No «Clube Artístico e Comercial» de Torres Vedras, por iniciativa da Comissão Concelhia, realiza-se, em colaboração com a SIP da DORL, uma outra sessão-convívio, com o mesmo programa.

Em Alenquer, no pavilhão do «Sport Benfica e Alenquer», realiza-se no dia 30 um espectáculo-sessão em cuja parte política intervirá um camarada do Comité Central.

Amadora: no dia 25, sessão de esclarecimento na Colectividade do Bairro Janeiro, às 21,30, com o camarada José Casanova, do CC. Canto Livre com o Grupo «A Luta Continua». No dia 26, na Branda, estará presente o camarada Blanqui Teixeira, da Comissão Política do CC. Noite de Fado e Canto Livre no Pavilhão polivalente, com a participação de dezenas de fadistas.

Cascais: no dia 25, pelas 21 horas, reunião para novos militantes no Centro de Trabalho da Parede. No dia 26, sessão de esclarecimento com filme no Murtal. No mesmo dia 26, na Sociedade de Matos Chelinhos, sessão com projecção de filme.

Vila Franca de Xira: comício-festa na Sociedade Euterpe Alhandrense, com a presença do camarada Jorge Araújo, do secretariado do CC, no dia 26, pelas 21 horas. Na festa participa Ary dos Santos. No dia 6 de Dezembro, espectáculo com Rogério Paulo e Carlos do Carmo no Pavilhão da Abelheira.

Ainda em Lisboa. Comité Local: no dia 24 sessão nos Bombeiros Voluntários Lisbonenses, pelas 18 horas, promovida pelo Organismo dos Seguros. Dia 25, sessão no Casaleiro, pelas 21 horas, Casal Ventoso, organizada pela 3.ª Zona. No mesmo dia, sessão na Cooperativa Braço de Prata, pelas 19 horas, promovida pela célula da Petrolgal. Ainda em 26, festa popular no Vasco Santana, pelas 21,30 horas, com Canto Livre, promovida pela 6.ª Zona. E no dia 2 de Dezembro, sessão no Salão do Padre Cruz, pelas 21 horas com a presença do camarada Dias Lourenço, da Comissão Política do CC. Esta sessão é promovida pela 5.ª Zona.

Entretanto, o sector da Saúde promove no dia 25 uma sessão de esclarecimento sobre a Revolução Democrática e Nacional, para simpatizantes, com os camaradas Abom Inglês, do CC, e Álvaro Mateus. No dia 26 um jantar de simpatizantes na Adega dos Presuntos, pela célula do IPO.

O sector Público leva a efeito, no dia 10 de Dezembro, uma sessão com slides sobre a história do Partido.

Oeiras: sessão em Vila Fria, no dia 25 de Novembro. No dia 30, por iniciativa do sector Industrial de Queluz de Baixo, às 18,30, projecção de um filme. E no dia 9 do próximo mês, sessão nos Bombeiros de Oeiras.

Sintra: em Vague haverá uma festa na Colectividade de Mondar, no dia 26. E, no dia 3 de Dezembro um almoço com novos inscritos no Centro de Trabalho de Sintra.

DORS: Barreiro: dia 25, pelas 21,30, em Palhais, sessão com os camaradas E. Santo e S. Alves. No mesmo dia, em «Os Vermelhos», Bairro das Palmeiras, sessão com os camaradas C. Humberto e Reis. Dia 26, pelas 16,30 na Sociedade «Os Leças», sessão especialmente dedicada a mulheres, com as camaradas Georgete Ferreira e Hermenegilda Pereira. No mesmo dia 26, pelas 21,30, no «Paivense», sessão com José Castanheiro, Álvaro Monteiro e Ercília Talhadas.

Para Dezembro anuncia-se, no dia 9, pelas 21,30, na freguesia de Palhais, uma sessão especialmente dedicada a pequenos agricultores e, no dia 10 uma sessão de esclarecimento em «Os Penicheiros».

DORAL: O camarada Carlos Brito, da Comissão Política do CC estará no dia 26 de Novembro em Geóles (Alcoutim) pelas 16 horas onde decorre uma sessão-convívio. No mesmo dia, em Alcoutim, pelas 21,30. E no dia seguinte, pelas 16 horas, nos Olhos de Água, Albufeira.

O camarada Francisco Miguel, do CC, por seu lado, deslocou-se ao Algarve também no dia 26, onde intervirá numa sessão a realizar pelas 21,30 na Sociedade Cacelense, em Vila Nova de Cacela.

A camarada Margarida Tengerinha, do CC, estará presente no dia 26, pelas 21 horas na Casa do Povo do Concelho de Faro, onde intervirá numa sessão de esclarecimento.

No dia 2 de Dezembro haverá um espectáculo no Cine-Foz de Vila Real de Santo António. canções, poesia, slides. Participam cerca de 50 artistas amadores do Algarve.

Relembramos finalmente as sessões já marcadas pela UJC. Em Ponte, Rio Tinto, magusto no dia 27. Braga, dia 27, festa-convívio com teatro e canto livre. São João, Aljustrel, convívio e canto livre no dia 25. São Luís, Odemira, baile no dia 26.



Samuel, Carlos Moniz, Gavinho e Maria do Amparo descansam umas horas para prosseguir na jornada. E há tanto para cantar!

café solúvel. Dizia ela que era o que tinha mas que não queria deixar-nos partir sem uma lembrança.

Maria do Amparo — Até me deram um tacho para fazer arroz à moda de Três-os-Montes...

Samuel — Depois há outros aspectos a referir. Nós fomos ao Norte numa altura em que pudámos verificar que o pretérito isolamento das populações que não vivem no Porto é já uma ilusão. A repercussão das duas manifestações do Porto, por exemplo, uma fascista e outra antifascista, era visível nos sítios mais remotos que visitámos. As pessoas, não apenas os comunistas, mas muita gente, sabia o que cada uma das manifestações significava. E estavam mobilizadas e participantes, mesmo não indo ao Porto defender a democracia.

Carlos Moniz — Houve dias em que, com muito frio e chuva, esperávamos desmobilização e poucas pessoas a assistir. Mas nada disso. Eram até os próprios espectadores que nos davam força, para ir para a frente, para cantar e cantavam connosco.

Maria do Amparo — Numa aldeia do Norte toda a gente cantava o "Venceremos" e calaram meia dúzia de indivíduos que tinham vindo para provocar. Além disso era sempre numerosa a presença de jovens, e até de crianças.

antifascistas. Vêm as canções de resistência...

Depois vem o 25 de Abril, o 1.º de Maio, a organização dos trabalhadores, o avanço das suas conquistas, o que se tem de defender. O papel da classe operária, a importância das nacionalizações, a vida nova nos campos, a Reforma Agrária, o trabalho dos camponeses.

A luta contra a reacção, a defesa do 25 de Abril, a defesa da Constituição, com a crítica da política de recuperação capitalista, agrária e imperialista. Há depois uma parte que é dedicada ao papel dos artistas e dos intelectuais que estão do lado da Revolução.

Samuel — É difícil saber o que se passa na cabeça das pessoas, mas penso que todos compreenderam, que as pessoas vão reconhecendo as suas conquistas, a sua revolução, e mesmo os aplausos que sublinharam certas partes é significativo da importância que as pessoas dão às conquistas de Abril. O texto, por outro lado, tem uma perspectiva antifascista que sempre ganhou o público.

O sentimento antifascista estava sempre presente. O texto não perdoo. Quando acusa uma determinada força política, acusa mesmo. E se grande parte do público não é comunista, nunca houve qualquer manifestação de desgosto pela denúncia dos

parece que, ao passar um grupo de camaradas, as pessoas querem dar um apoio ao Partido que nunca tinham podido dar antes.

Trocámos finalmente impressões sobre alguns aspectos técnicos deste trabalho, que leva o "Caminho de Abril" por muitos caminhos do país. E unânime é opinião de que esta experiência abre novas perspectivas, que a partir daqui se pode planejar melhor, que se pode mesmo contar com o apoio de grupos locais, que existem e cujo entusiasmo foi patente.

Isto é muito encorajante — disse o camarada Gavinho. E nós ao despedirmo-nos, que eles partem para novos espectáculos, desejámos-lhes boa viagem e bom trabalho.

Embora ainda para confirmação, aqui vai o Calendário dos últimos espectáculos de "No Caminho de Abril". Até ao fim do mês prevê-se:

Algarve:

Dia 25 — Em Lagoa ou Portimão, pelas 21 horas.

Dia 26 — Em Silves, pelas 16 horas; Em Faro, às 21 horas.

Dia 27 — Em Aljezur ou Monchique, pelas 21 horas.

Alentejo:

Dia 28 — Em Pias, pelas 21 horas.

Dia 29 — Em Mora.

Dia 30 — Em Campo Maior.

NOVAS CAMARADAS ESCREVEM AO «AVANTE!»

Camaradas,

Tenho estado alerta ao apelo do PCP e não quero perder mais tempo em reflexões. Estou com a Revolução, pelas conquistas de Abril, venho unir-me a vós.

Sel que o PCP é a única força política capaz de defender os interesses dos trabalhadores, juntamente com a CGTP/IN. O meu objectivo pessoal é também contribuir por todas as formas para libertar os explorados e oprimidos deste país e não só.

Para construirmos o Portugal que queremos, temos que ser cada vez mais em número, unidos na mesma vontade, na mesma força, na mesma coragem, na mesma alegria de viver e vencer.

A reacção não pisará os cravos de Abril.

Camarada, amigo, onde

quer que estejas estou contigo.

Maria Joaquina
Maia Neves — Amadora

Escrevo uma carta ao vosso jornal porque sou um novo militante, começa o camarada Manuel Bernardes, que nos diz mais adiante:

Esta minha simples carta dirigida ao jornal «Avante!» é para chamar a atenção a todos os retornados como eu, que lutam por dias melhores. Queremos casa, pão e trabalho. E onde está tudo isso? Temos que lutar, lutar, lutar para obter aquilo que cada um de nós tem o direito de ter.

Camaradas retornados, juntamo-nos ao Partido Comunista, porque é o único que defende os direitos humanos e os trabalhadores e por essa razão eu me inscrevi no grande partido dos

trabalhadores. Se cada um de nós der um voto ao partido do povo já é uma vitória, por isso chamo a atenção a todos os camaradas retornados que deem o seu voto inscrevendo-se neste grande partido.

Manuel J. L. Bernardes
Sacavém

E chegam-nos ainda breves palavras pronunciadas pela camarada Rosalina Maria Barão, alentejana, que apesar dos seus 79 anos, ao saber da Promoção Conquistas de Abril, disse ao filho, nosso camarada:

«Eu quero pertencer ao nosso Partido, pois apesar de nunca ter sido militante, já considerava o Partido Comunista Português, como o meu partido, visto que o teu pai foi um velho militante e eu sempre o acompanhei na luta contra o fascismo».